

***Yo no puedo olvidar, pero no sé bien qué***  
(Terrorismo e violência política na Argentina: 1955-1983)

Eduardo Carreira

**RESUMO**

A presente monografia se propõe a revisitar a história argentina no período entre a queda de Perón e o final do chamado *Proceso de Reorganización Nacional*, inventariando problemas relacionados à violência política e, em particular, às práticas terroristas. Nela pretende-se discutir o conceito de terrorismo, verificar sua aplicação técnica no caso em questão e sugerir elementos interpretativos ainda pouco explorados pela historiografia. Seu objetivo final é oferecer um quadro geral dos problemas levantados que ajude a superar a chamada Teoria dos Dois Demônios.

---

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| Introdução.....   | 3  |
| O golpe contra Perón e os <i>uturuncos</i> .....                    | 6  |
| O movimento Tacuara.....  | 8  |
| A guerrilha de Salta eo guevarismo.....                             | 10 |
| Do golpe de Onganía ao <i>Cordobazo</i> .....                       | 13 |
| A nova guerrilha.....   | 14 |
| As três Fuerzas Armadas.....  | 14 |
| Os <i>montoneros</i> .....  | 16 |
| O Ejército Revolucionario del Pueblo.....                           | 18 |
| A volta de Perón.....   | 19 |
| A ruptura entre os peronistas e a formação da Triple A.....         | 21 |
| O (des)governo de Isabelita.....                                    | 24 |
| O golpe militar e o <i>Proceso de Reorganización Nacional</i> ..... | 26 |
| Violência política e terrorismo: um balanço técnico.....            | 30 |
| À guisa de conclusão.....   | 39 |
| Referências bibliográficas.....                                     | 40 |

## Introdução

O título da presente monografia não é muito original. Em *Notícias de los montoneros*, Gabriela Esquivada já fez menção aos sugestivos versos de Leonard Cohen: *I can't forget but I don't remember what*. Mas ele tem a virtude de traduzir com perfeição um importante problema da história da violência política na Argentina nos 35 anos que vão do bombardeio da Plaza de Mayo em 16 de junho de 1955 até o assalto a La Tablada em 23 de janeiro de 1989.

Que houve um tempo de brutalidades *inolvidables*, é certo. Mas, seja no seu sentido hermenêutico mais profundo, seja em termos mais banais de quantificação e estatísticas, o balanço de todos esses anos ainda é altamente insatisfatório sob o ponto de vista histórico. Não sabemos bem *qué* aconteceu. Para além de algumas constatações óbvias e prosaicas, existem interpretações radicalmente conflitivas sobre passagens importantes dessa história, a paixão das partes oblitera muitas vezes o debate, são poucos os estudos historiográficos criteriosos e ainda não foi feito um rigoroso levantamento sobre as consequências materiais dos conflitos envolvidos no drama.

Contribui muito para isso o fato de que, a partir da conhecida tese de Peter Waldmann – segundo a qual, na Argentina, a violência ocorrida especialmente nos anos sessenta deveu-se a uma anomia social que acabou conformando uma subcultura terrorista enraizada em vários segmentos da sociedade – tenha se formado uma espécie de falso consenso em torno da Teoria dos Dois Demônios. Essa Teoria começou a tomar forma institucional quando, em 15 de dezembro de 1983, o expresidente Raúl Alfonsín sancionou os conhecidos decretos 157/83 e 158/83. Tendo por referência violações aos Direitos Humanos, no primeiro se ordenava ajuizar dirigentes guerrilheiros e no segundo se ordenava processar as três juntas militares que dirigiram o país desde março de 1976. Na base da Teoria estava a idéia de que o que aconteceu na Argentina teria sido “(...) *una contienda entre simétricos totalitarismos militares que asimilaban toda actividad política a las leyes de la guerra* (...)”, como disse Pablo Giussani<sup>1</sup>. Não é muito diferente do que pensava Alfonsín, para o qual, mais do que “dois demônios”, se tratava de “um demônio de duas cabeças”. Em uma visão menos ‘simétrica’ mas igualmente esquemática, outros acreditam que a Argentina teria sido sim vítima de dois demônios, mas um em especial, que operava à sombra do Estado, era pior do que o outro. Essa é a idéia que se destaca nos documentos da Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), tendo sido defendida por intelectuais como Ernesto Sábató (presidente da Comissão) e Adolfo Pérez Esquivel (Prêmio Nobel da Paz de 1980).

Seja lá como se apresente, esse tipo de tese, entretanto, não contribui muito para a boa compreensão das coisas. Mesmo tentando não supor maniqueísmos simplistas e ressaltando noções importantes como a diferença entre o terror promovido por grupos insurgentes que desafiam o Estado e o terror dos agentes institucionais que contam com o apoio e a impunidade do Estado, essas idéias reduzem a dois, de uma ou outra forma, termos que são mais plurais. Isso é o que vem demonstrando toda uma literatura recente que obrigou uma inflexão daquilo que Ceferino Reato chamou de “paradigma Verbitsky”, isto é, uma leitura do passado da Argentina na qual o mundo se apresenta dual e o bem e o mal estariam em zonas claramente repartidas. Essa leitura do que se passou nos anos sessenta e setenta, dominante hoje nos círculos intelectuais e políticos, vem sendo, entretanto, desafiada por trabalhos como o do próprio Reato (*Operación*

---

<sup>1</sup>Pablo Giussano. *Montoneros: La soberbia armada*. Buenos Aires, Tiempo de Ideas, 1992, pg. 60.

Traviata, 2004) e de outros autores como Gustavo Plis-Sterenbergh (*Monte Chingolo*, 2005), Ricardo Canaletti e Rolando Barbano (*Todos mataron*, 2009), Juan Bautista Yofre (*Volver a matar*, 2009), Julio Bárbaro (*Juicio a los 70*, 2009), Alejandro Guerrero (*El peronismo armado*, 2009) e Gabriela Esquivada (*Noticias de los Montoneros*, 2009).

Com efeito, esses e outros trabalhos vêm mostrando que os ‘diabos’ que assolaram a Argentina não foram dois. No mínimo foram três: o peronismo, a esquerda revolucionária não peronista e a direita não peronista encarnada nos militares. Ou seis, considerando-se que cada uma dessas esferas nunca foi homogênea, havendo grupos e sub-grupos em seu interior com notáveis diferenças, seja em termos de natureza ou de trajetória. São bem diferentes o terrorismo peronista de corte fascista (Rega *et caterva*) e o terrorismo peronista de corte comunista (Cooke *et caterva*). Há um terrorismo revolucionário com lugar doutrinário definido nas estratégias de poder, como no ERP, ideologicamente mais consistente e fortemente inspirado no bolchevismo, e outro terrorismo revolucionário desprovido de forte significação teórica, como entre os *montoneros*, ideologicamente confusos e praticantes de uma violência pouco pensada doutrinariamente. As ações de *enforcement terror* praticadas pelos militares não foram as mesmas em 1955, 1966 e 1976. Essa diversidade de atores e atuações terroristas ainda poderia se ampliar. Considere-se o papel, por exemplo, dos grupos ligados à extrema-direita europeia (especialmente italiana e francesa), que tinha seus interesses próprios apesar da colaboração com os nacionais. Decididamente, supor que a ‘Guerra Argentina’ se resumiu à luta entre dois campos fechados parece não corresponder às evidências.

Por outro lado, deve-se considerar também que as práticas terroristas no período apresentam nítidas e diferentes fases dentro de um contínuo crescente. E que nessas fases os atores não raro se metamorfosearam. Assim, nota-se uma primeira época, que vai do início da resistência peronista até o primeiro ano da Revolução Cubana (1955-1960), uma segunda que vai dali até o *Cordobazo* (1960-1969)<sup>2</sup>, uma terceira que vai do *Cordobazo* até a posse de Cámpora (de 1969 a maio de 1973), uma quarta que compreende os curtos governos de Cámpora, Lastiri e Perón (maio de 1973 a julho de 1974), uma quinta que coincide com o governo de Isabel Perón (julho de 1974 a março de 1976) e, finalmente, uma sexta fase, relativa ao regime militar implantado em 1976. É do cruzamento daquelas várias fontes da violência política no país com essas fases do processo que elas provocaram que se pode começar a perceber toda extensão do problema do terrorismo na Argentina. Não simplificando os termos.

Outra limitação daqueles que se identificam com a tese dos dois demônios ou do demônio bicéfalo, ou de outras clivagens do mesmo gênero, é a má utilização da palavra terrorismo e a pouca sensibilidade para com um fenômeno que requer mais do que platitudes sobre a violência política. Um balanço real do terrorismo na Argentina não é uma contagem de corpos. E nem um debate sobre mocinhos e bandidos. Para realizá-lo é preciso responder as seguintes perguntas: 1) qual o lugar estratégico e tático reservado ao terrorismo pelos perpetradores? 2) quais atos podem ser considerados tecnicamente terroristas entre aqueles praticados durante o conflito? 3) quais foram as responsabilidades particulares na escalada terrorista?

Isso implica várias dificuldades. A primeira delas, genérica e teórica, diz respeito ao conteúdo do próprio termo ‘terrorismo’, que é um dos mais polêmicos das

---

<sup>2</sup> Embora o golpe militar de 1966 tenha representado um elemento de tensão que estimulou a violência no médio prazo, ele não se desdobrou imediatamente em um aumento das ações terroristas, seja de esquerda ou de direita.

ciências políticas e das artes militares<sup>3</sup>. Sem o espaço necessário para desenvolver em profundidade essa discussão no momento, vale, entretanto, ressaltar duas ou três idéias a propósito.

Apesar das conhecidas polêmicas que evoca, a palavra terrorismo tem matéria própria. O terrorismo não é uma violência abstrata. Ele está relacionado a práticas e doutrinas que podem ser isoladas e que o distinguem de outras formas de coerção. Do mesmo modo, ‘terrorismo’ não é uma essência. Não existe exatamente um ‘ser’ terrorista, mas mais propriamente um ‘estar’ terrorista. Em poucas palavras, terrorismo é praticar diversos tipos de violência de certa maneira específica.

1. O terrorismo é basicamente um método político que emprega a violência para exercer poder pela força (Crenshaw, Cretella, Schmid etc.).

2. O terrorismo não se confunde com o a guerra, a guerrilha, a sabotagem, o genocídio, o banditismo, ou mesmo o terror abstratamente falando, isto é, a brutalidade pura e simples, na medida em que estas e outras formas de violência física e psicológica não estejam simbolicamente orientadas e destinadas a causar medo (Wardlaw, Reich etc.).

3. O terrorismo está relacionado a atos destinados a gerar medo, pânico e ansiedade. Não se intenciona exatamente eliminar o adversário, mas mantê-lo sob pressão. O terrorismo aposta no conflito na esperança de alcançar, a partir da insegurança resultante de sua ação, uma posição de força (para obter publicidade, fazer valer exigências, mobilizar ou imobilizar setores da sociedade, extorquir dinheiro etc.).

4. O terrorismo pretende que os efeitos psicológicos do ato de violência praticado sejam desproporcionados em relação a seus efeitos puramente físicos ou ao seu significado militar. Como abalar o inimigo em termos psicológicos é mais importante do que eliminá-lo, a violência terrorista procura ser sensacionalista e publicizada. Por isso, os alvos escolhidos são, antes de tudo, símbolos: um patrimônio afetivo, uma comunidade, uma autoridade, um familiar etc. (Reich, O’Balance).

5. No terrorismo as vítimas diretas não são o objetivo final (como em um mero assassinato político feito no anonimato, no qual vítima e alvo coincidem), mas servem como geradores de mensagem para atingir e impressionar diferentes destinatários.

6. Terrorismo é espetáculo, “ameaça encenada”, “estratégia de comunicação” (Münkler). Ele pretende promover um sentimento catártico e tudo quanto tenha valor de choque lhe interessa. Divulgar o ato violento, promover execuções públicas, expor cadáveres: o ato terrorista valoriza a propaganda em sentido estratégico, não tático (Schimid, de Graaf).

7. As causas políticas em nome das quais a violência é praticada são irrelevantes para a definição do terrorismo. Independente de quem o comete e porque o comete, o terrorismo se define pela moldura técnica na qual se inscreve o ato violento, pela modalidade do dano que este gera, e pela intenção midiática pretendida (Jenkins, Primoratz).

8. O terrorismo, mesmo se formalmente orientado contra ‘combatentes’ atinge prevalentemente os não combatentes, os cidadãos desarmados, os trabalhadores, os idosos, as mulheres e as crianças. Por três razões. Em primeiro lugar, porque assume politicamente o risco de atingi-los. Em segundo porque, por pressupor uma correlação de forças em algum grau assimétrica, ataca em geral a parte mais débil do campo inimigo, no qual a população civil está mais exposta. Em terceiro lugar, porque a

---

<sup>3</sup>Para uma introdução ao assunto ver, entre outros, Alex Schmid (*Revised Academic Consensus Definition of Terrorism*, 1998), Martha Crenshaw (*Terrorism in context*, 1995), Grant Wardlaw (*Terrorism: Theory, tactics and counter-measures*, 1989), David Whittaker (*The terrorism reader*, 2003) e José Cretella Neto (*Terrorismo internacional*, 2008).

lógica dualista tradicional do terrorismo (“nós” e “eles”) tende a borrar a distinção combatente e nãocombatente (incluindo entre os ‘inimigos’ tudo que não seja ‘amigo’).

9. O terrorismo pretende desumanizar os alvos e generalizar o adversário (Primoratz). Todo ato terrorista se baseia, em alguma medida, no mecanismo de ‘transferência de culpa’ (Tugwell, Wilkinson), por meio do qual a violência praticada encontra autolegitimação e elude o juízo moral sobre suas ações. Culpabilizar, diretamente ou em última instância, a vítima e terceiros pelo ato cometido (“eles começaram”, “eles são piores”, “se não fossem eles” etc.) é tanto um artifício psicológico quanto um método de propaganda típico do terrorismo.

10. O terrorismo não é um fenômeno homogêneo e uma primeira clivagem em sua tipologia deve considerar, por um lado, a dimensão institucional e, por outro, a dimensão subversiva que ele assume aqui e ali (Walter, Sluka, Lopez, Stohl). Neste sentido, ‘terrorismo de Estado’ é a aplicação balanceada, por parte dos agentes estatais, de atos terroristas e incentivos à cooperação, com vistas a impor submissão. Face a este *enforcement terror* (que afirma uma ordem), contrasta o *agitational terror* (que desafia uma ordem), marcado por diversas modalidades de violência terrorista que desestabilizam o Estado, mesmo sem tê-lo como alvo estratégico (Thornton).

Essas e outras idéias estão longe de encerrar a discussão sobre o conceito de terrorismo, mas fornecem uma base referencial substantiva para pensá-lo com algo mais do que um termo vago que se presta a qualquer uso.

A segunda grande dificuldade de um estudo sobre o terrorismo na Argentina alude a como identificar ou definir o que seja terrorismo em um contexto no qual a violência é extensiva a todos os setores da sociedade e se apresenta de formas persistentes e variadas (banditismo, guerrilha, sabotagem, genocídio etc.). A generalização da violência não facilita a compreensão do fenômeno específico que se pretende identificar, mimetizado em cenários que o transcendem. Para enfrentar a questão é preciso, justamente, um conceito eficiente de terrorismo. E muita pesquisa. Daí o sentido da presente monografia.

Assim, concretamente, o que se pretende aqui é fazer um levantamento panorâmico da história da Argentina durante o período recortado e pinçar algumas evidências que ajudem a compreender o desenho empírico que o fenômeno do terrorismo assumiu naquele contexto. Trata-se de um esforço de síntese, mas também de análise, uma vez que apresenta uma narrativa altamente seletiva de 35 anos de história e ao mesmo tempo procura dissecar dentro disso um objeto preciso. Tendo como referência as práticas e os discursos sobre a violência política implementados pelos atores envolvidos no processo, a pesquisa tem como objetivo fornecer elementos que ajudem a responder as seguintes questões conexas: o que deve ser considerado, efetivamente, terrorismo na “Guerra Argentina”<sup>4</sup> e quem ele se deveu?

### **O golpe contra Perón e os *uturuncos***

Se há que eleger um ponto de corte a partir do qual se começa toda narrativa e toda análise, talvez nenhum outro seja tão sugestivo para uma história do terrorismo na Argentina como o violento golpe de Estado dado contra Perón em 1955. Por várias razões. O bombardeio à Plaza de Mayo e os combates que ali se seguiram durante horas no dia 16 de junho deixaram mais de três centenas de mortos e um sinal

---

<sup>4</sup> Este termo é utilizado por vários autores (ver, por exemplo, Marcelo Dias. *A guerra da Argentina*. Regra do Jogo, Lisboa, 1978) com significados diferentes. Aqui ele corresponde à escalada de violência que se abriu com a queda de Perón e culminou com o extermínio da guerrilha no final da década de setenta.

assustador da polarização política que iria corroer o país. Apesar de ter resistido aos golpistas naquele momento, três meses depois o caudilho foi definitivamente afastado do poder. Imediatamente, a autodenominada *Revolución Libertadora* liderada pelo general Eduardo Leardi e, em seguida, pelo general Pedro Aramburu, deu andamento a um violento processo de "desperonização" do país. Formado por uma Junta Consultiva integrada por militares e alguns partidos políticos, o governo semi-liberal implantado pelas Forças Armadas promoveu a abertura política e tratou de valorizar os civis, particularmente os políticos do Partido Radical, mas fuzilou o general Juan José Valles e outros peronistas que se opuseram ao golpe, deu sumiço no cadáver embalsamado de Evita, proibiu qualquer tipo de propaganda favorável ao peronismo e vetou toda participação dos peronistas nas eleições e nos principais cargos públicos. Dessa forma, a promessa de democracia vislumbrada em 1955, começou com matanças e, paradoxalmente, excluiu boa parte da população e o maior partido de massas do país. Como era de se esperar, isso não poderia dar certo.

A despeito de sua virulência, a "*Fuziladora*" de Aramburo não conseguiu impedir que os peronistas resistissem em armas. Nas semanas seguintes à derrocada final do governo, foram montados vários centros de resistência ao novo poder e, embora a oposição promovida por eles incluísse atividades legais (edição de jornais, participação na vida sindical etc.), desde cedo teve com prioridade a organização de comandos militarizados. O principal foi o Comando Nacional Peronista (CNP), dirigido por John William Cooke, uma das personalidades mais influentes da esquerda peronista, ex-deputado do Partido Justicialista e nomeado de próprio punho pelo caudilho como seu delegado no interior do país e sucessor em caso de falecimento. Nos anos seguintes Cooke, depois de uma viagem transformadora à Cuba revolucionária, desempenharia um papel de primeiro plano no conflito argentino.

Já em 1956, Cooke reunira um núcleo mais ativo e aguerrido de militantes com certa experiência militar, entre eles Félix Serravalle, ex-anarquista e sindicalista, e Manuel Enrique Mena, "*el gallego*", chefe de um pequeno grupo que já havia promovido algumas ações de sabotagem em Salta, Jujuy e Catamarca. Uns dois anos depois, aproximou-se deles o espanhol Abraham Guillén. Guillén era um prolífico intelectual exilado que havia lutado na guerra civil ao lado dos anarquistas e tinha conhecimentos consistentes sobre conflitos armados. Extremamente crítico do modo de condução da guerra espanhola por parte da República, ele acreditava que a falta de uma "guerra popular total", uma "guerra revolucionária", fora a principal causa da derrota perante Franco. Com uma obra próxima das de Frantz Fanon e Régis Debray, ele ficou especialmente conhecido nos meios esquerdistas sul-americanos por seus ensaios sobre violência revolucionária<sup>5</sup>, nos quais apresenta uma proposta de síntese das teses foquistas e maoístas, temperadas por algo de anarquismo autogestionário. Sua influência reverberaria inclusive no Uruguai, onde foi fundamental na formação do movimento Tupamaro.

Por volta de 1958, alguns comandos peronistas armados já estavam bem implantados no país e operavam com certa regularidade. As ações eram em geral de baixo impacto militar, mas de alto conteúdo propagandístico, como o assalto a uma emissora de rádio, o incêndio de um avião francês (em solidariedade à FNL argelina), o descarrilhamento de um trem carregado de açúcar etc. A mobilização dos comandos se tornou mais excitada em junho de 1959, quando Perón conclamou o enfrentamento direto com o governo de Arturo Frondizi e várias greves foram iniciadas na

---

<sup>5</sup>Entre eles, *Teoría de la violencia: Guerra y lucha de clases* (1965), *Estrategia de la guerrilla urbana* (1969), *Revalorización de la guerrilla urbana* (1977) e *El error militar de las izquierdas* (1980).

expectativa de um levante popular e militar. Nada disso prosperou, entretanto, e a repressão desencadeada sobre os peronistas fez o movimiento recuar.

Diante da derrota da estratégia insurrecional, alguns militantes da resistência passaram a defender um novo enfoque da luta que priorizasse o movimento armado, agora em uma perspectiva guerrilheira. A primeira ação significativa dessa resistência renovada ocorreu em dezembro de 1959, quando o pessoal de Serravalle se instalou nas montanhas de Tucumán e tomou temporariamente uma comissaria de polícia em Frías, em Santiago del Estero. Como afirmou uma das testemunhas, o chefe da operação disse chamar-se ‘comandante Puma’ ou ‘comandante Uturunco’, daí difundindo-se os termos ‘*uturuncos*’, ‘*pumas*’ e ‘*leones de la montaña*’, como ficaram conhecidos os primeiros guerrilheiros da Argentina. Poucos dias depois, os *uturuncos* lançaram um comunicado em que afirmavam os princípios da resistência: uma mescla de nacionalismo, antiimperialismo, ânsias de justiça social e mesianismo revolucionário. Não durou muito a aventura. Rapidamente o grupo se dispersou e quase todos os seus membros foram presos. Mas o fato repercutiu e teve desdobramentos. A partir desse momento, outros distintos grupamentos informais passaram a incrementar seus atentados e valer-se do ‘mítico’ nome.

Com efeito, entre 1958 e 1962 (quando o grupo de Cooke, Serravalle, Mena e Guillén foi definitivamente desbaratado), o balanço das atividades da resistência peronista armada não é desprezível: centenas de incêndios de fábricas, composições ferroviárias e plantações; centenas de atos de sabotagem contra depósitos de combustível, redes de água, centrais elétricas e telefônicas; quase mil ataques com bombas; dezenas de assaltos e ocupações; 17 mortos e uma centena de feridos<sup>6</sup>. Neste inventário, não são os números que sugerem práticas terroristas, mas os modos de violência, como o atentado promovido em março de 1960 contra a casa do então capitão do exército David René Cabrera na rua Díaz Vélez, em Buenos Aires, que deixou gravemente ferido seu filho, de seis anos, e morta a sua filha, de quatro anos. Na ocasião foram colocados vários quilos de explosivos nos alicerces da casa, que desabou com a explosão. Ações desse gênero foram recorrentes.

Entre 1962 e 1966, vários *uturuncos* viajaram a Cuba, se aproximaram do guevarismo e, no retorno à Argentina, como veteranos, aderiram aos novos grupos armados injetando ânimo novo na cultura armada que se cristalizava no país.

### **O movimiento Tacuara**

A resistência peronista não foi o único foco de disseminação de práticas terroristas ou proto-terroristas na Argentina no final da década de 1950 e começo da seguinte. Outro foi o Movimiento Nacionalista Tacuara, cujo nome refere-se à *tacuara*, espécie de bambú usado tradicionalmente como lança por alguns grupos indígenas e que se tornou arma símbolo dos caudilhos federais no interior do país durante o século XIX. De corte fascista, o movimento era inspirado pela prédica do sacerdote católico Julio Meinvielle e do sociólogo francês Jaime María de Mahieu. Como tal, defendia um ideário fortemente chovinista, católico, anti-comunista, anti-judeu e anti-democrático.

Criado no final de 1957, o movimento tinha sua principal base social entre jovens das classes média e alta de Buenos Aires, Rosário e Santa Fé, muitos deles militantes da Unión Nacionalista de Estudiantes Secundarios (UNES), braço da muito

---

<sup>6</sup>Ernesto Salas. *Uturuncos: Los orígenes de la guerrilla peronista (1959-1960)*. Buenos Aires, Editorial Biblos, 2002, pg. 60.



fascista Alianza de la Juventud Nacionalista. Tratando-se por ‘camaradas’, usavam cabelos muito curtos, portavam braçadeiras cinzentas adornadas com a Cruz de Malta, e em seus locais não era raro encontrar-se retratos de Mussolini e de Hitler. Entre seus principais dirigentes estavam Alberto Ezcurra Uriburu, José Joe Baxter, José Luis Nell, Oscar Denovi e Eduardo Rosa, alguns deles protagonista na cena argentina das décadas seguintes. De um modo geral eles defendiam a instauração na Argentina de um Estado nacional-sindicalista-católico tal como no modelo franquista, proclamavam a supremacia da nação e se opunham ao que chamavam pejorativamente de “democracia liberal”. Não é estranho que também fossem anticapitalistas e anti-imperialistas. Bem típico do fascismo, seu Movimento exaltava o exercício da violência como forma de mobilização permanente e cultivava uma espécie de mística revolucionária e messiânica. Historicamente, o grupo reivindicava Juan Manuel Rosas (desprestigiado na educação historiográfica tradicional) ao mesmo tempo que repudiava figuras como Sarmiento e Belgrano por considerar-lhes “maçons e liberais”.

O antijudaísmo era outro dos pontos fortes do grupo. E não só no aspecto doutrinário. Os *tacuara*s tentaram cobrar um “imposto compulsório” aos comerciantes judeus do bairro portenho de Once – que logo se organizaram para enfrentar a extorsão –; violaram mais de uma vez o cemitério judeu de La Tablada com pichações de suásticas nas lápides; promoveram tiroteios (como o que atingiu um estudante judeu de 15 anos do Colégio Nacional Sarmiento durante um ato em homenagem a San Martín em agosto de 1960), jogaram bombas contra sinagogas e instituições judaicas, além de promover panfletagens e atos públicos ameaçadores. Um dos casos mais graves e que teve forte repercussão internacional dessas ações foi o seqüestro, em junho de 1962, de Graciela Sirota, uma jovem de 19 anos que foi torturada com cigarros em brasa e mutilada nos seios com inscrições da suástica.

Enquanto isso ocorria em Buenos Aires, outros grupos foram surgindo pelo país usando o nome Tacuara, embora sem autorização ou mesmo conhecimento dos militantes da central de Tucumán 415, a sede original do Movimento. Como diz Bardini, “(...) *el crecimiento y la fama de la agrupación era tal que a veces no era posible controlar a todos los individuos que copiaban la vestimenta, el saludo y las consignas de la organización. Muchos pretendían actuar bajo su nombre sin autorización para intimidar o simplemente como una muestra de rebeldía contra la sociedad* (...)”<sup>7</sup>.

Inicialmente, o Tacuara permaneceu nos quadros ideológicos de um nazi-fascismo frouxo e manteve suas ações restritas a atividades de propaganda, brigas de rua com outros estudantes de diferentes ideologias e ataques contra pessoas e interesses identificados com o “sionismo” (os *tacuara*s não se diziam anti-judeus, preferindo a fórmula “anti-imperialistas”). Mas a Revolução Cubana em 1959, que a princípio não se declarou comunista, mudou esse cenário. O chamado à ação que ela trazia logo repercutiu no grupo e começou a separar os dirigentes mais acomodados, por um lado, e aqueles inquietos por “*hacer alguna cosa más*”, por outro. Uma forte discussão interna atravessou a organização e, em 1961, quando Fidel declarou o caráter socialista do Estado cubano, o Tacuara rachou de vez. Ezcurra e seu grupo continuaram inimigos acérrimos do comunismo. Meinvielle, acusando certos membros de “*desviaciones marxistas*”, criou uma organização paralela ainda mais reacionária, batizada como Guardia Restauradora Nacionalista (GRN), que exigia, entre outras coisas, que seus membros tivessem ascendência européia e cinco gerações de

---

<sup>7</sup>Roberto Bardini. *Tacuara, la pólvora y la sangre*. México, Editorial Océano, 2002, pg. 67.

residência na Argentina. Muitos outros militantes, entretanto, se aproximaram da esquerda e do peronismo revolucionário. Um grupo liderado por Dardo Cabo formou o Movimiento Nueva Argentina (MNA), muito próximo dos peronistas que lutavam pelo regresso de Perón ao país. Em 1963, produziu-se uma ruptura de ainda maior importância. O grupo de Baxter e José Nell criou o Movimiento Nacionalista Revolucionario Tacuara (MNRT), que, sem abandonar seu nacionalismo, rompeu com a Igreja, a direita e o antijudaísmo, para migrar a posições cada vez mais próximas do marxismo e do peronismo revolucionário.

O MNRT irrompeu na cena pública em agosto de 1963 com o espetacular e sangrento assalto ao Policlínico Bancario, quando um comando da organização matou dois empregados da empresa e feriu outros três, levando o equivalente a cem mil dólares, uma fortuna para a época. A maior parte dos militantes envolvidos com a ação foi presa logo depois e a polícia praticamente desmantelou a organização. No final do ano, finalmente, o governo de Arturo Illia proibiu as atividades dos grupos *tacuara*s e da GRN. Isso resolveu o problema da popularização do movimento, mas não impediu que seus membros mais determinados continuassem atuando (como no assassinato de outro jovem judeu, Raul Alterman, em 1964). Baxter, depois de conhecer Perón, lutar no Vietnã e passar pela China, voltou-se definitivamente para a esquerda revolucionária e terminou sendo um dos fundadores do ERP junto com Mario Roberto Santucho. Nell se somou às FAR-Montoneros. No final de 1964, Alberto Ezcurra se ordenou sacerdote e deixou Patricio Collins como responsável de seu grupo. Mais adiante ele se integraria à Triple A e ao Batallón 601 de Inteligencia del Ejército. Com efeito, o caminho percorrido pelos membros mais ativos do Tacuara os levou ou a aderir à guerrilha revolucionária, ou a converterem-se em agentes de grupamentos parapoliciais e virarem colaboradores dos serviços de segurança e repressão do Estado.

De certa forma, não há nada misterioso nisso. Como disse Eduardo Galeano, “(...) *Del mismo tronco original provienen los tacuara que terminaron en el peronismo de izquierda y los que se sumaron al peronismo de derecha, los que abrazaron el marxismo-leninismo y los que ofician de guardaespaldas de ciertos burócratas sindicales; los que pintan en los muros, todavía, cruces esvásticas y consejos: 'Degüelle un comunista por día'. De la misma fuente salieron las viudas de Hitler y los devotos de Perón, Mao y Fidel (...)*”. *Casi todos los grupos terroristas de derecha que han sobrevivido, provienen de aquella matriz, y dentro del peronismo hay núcleos de todos los matices, desde los marxistas hasta los rosistas, que salieron de Tacuara: todas las posiciones y todas las actitudes reflejan hoy, desde la desintegración, lo que fue aquella heterogénea congregación de jóvenes furiosos unidos por sus mitos y su estilo (...)*”<sup>8</sup>.

### **A guerrilha de Salta e o guevarismo**

A idéia de montar um foco guerrilheiro em seu próprio país era um dos principais objetivos de Guevara desde que assumiu o controle da fortaleza de Las Cabañas e ali começou a reunir compatriotas. Para isso, ele escolheu como integrantes da operação homens de sua absoluta confiança, como o capitão Hermes Peña, cubano com larga experiência na Sierra, e Jorge Masetti, o “comandante Segundo”, o jornalista argentino que criara a Agencia Prensa Latina e tinha pouca experiência militar (participara da defesa da praia Girón), mas apresentava o perfil de homem duro que Guevara tanto apreciava. Integravam esse grupo inicial ainda Alberto Castellanos,

---

<sup>8</sup>Eduardo Galeano. “Los jóvenes fascistas descubren su país”. *In Nosotros decimos no*. México, Siglo XXI, 1989, pg. 112.

o pintor Ciro Bustos, o mecânico Federico Méndez e outros jovens que foram se juntando ao longo do caminho de preparação. Em 1962, finalmente, por iniciativa de Guevara e do novo chefe de polícia de Havana, Abelardo Colomé Ibarra, guerrilheiros argentinos começaram a ser treinados pelo general Francisco Cuitat que havia combatido na guerra civil espanhola e morara em Moscou por mais de duas décadas. Depois de terminar seu período de instrução na Tcheco-Eslováquia e na Argélia em setembro de 1963, o grupo de cerca de trinta homens entrou na Argentina pela Bolívia e tentou abrir uma base guerrilheira ao longo do rio Pescado na Província de Salta. Mais adiante, voluntários subiriam das cidades ao monte, como Héctor Jouvé, para aderir ao então recém proclamado Ejército Guerrillero del Pueblo.

Pouco antes, os guerrilheiros haviam enviado uma carta provocadora ao presidente Arturo Illia. A carta em si mesma quase não teve repercussão, mas foi o suficiente para que o Exército e a polícia de fronteiras entrassem em alerta e se preparassem para capturá-los. Sem tempo para arregimentar algum apoio social e sem talento para resistir militarmente, a guerrilha foi presa fácil. Apesar de bem equipado, o grupo não tinha um plano tático claro. Recebidos pelos nativos com indiferença e mal preparados psicologicamente, os guerrilheiros não tardaram a dar sinais de crise com deserções, colapso nervoso e brigas internas. Masetti, conhecido por seu temperamento agressivo, impôs um estilo de mando extremamente violento que só piorou as coisas. Pelo menos dois guerrilheiros foram fuzilados por ordens suas, acusados de traição ou ameaça à guerrilha. Em março de 1964 houve o primeiro e fatal encontro com as forças de segurança que descobriram o acampamento dos rebeldes. Alguns foram presos no ato, outros nos dias seguintes, sendo que pelo menos uns três se perderam pelas montanhas e morreram de acidente ou fome. Peña morreu lutando e Masetti desapareceu e nunca mais foi visto. Todos aqueles que foram capturados receberam pesadas penas.

A história patética do efêmero EGP não deve enganar. Embora o grupo tenha desaparecido tão rápido como chegou, ele foi importante porque reforçou a propaganda da luta armada como solução dos problemas vividos pelo país, confirmou o caminho da guerrilha rural e inaugurou a cooperação cubana na prática da violência política local. Irrelevante em si, o evento de Salta era apenas a ponta do iceberg. O foquismo já era uma realidade na Argentina, independente do sucesso da guerrilha pretendida por seu criador. Em meados da década de 1960, o guevarismo na Argentina não dependia mais de Guevara.

Embora não seja o lugar para discutir exaustivamente a questão, a posição ambígua que o terrorismo ocupa dentro do guevarismo, ou do foquismo, merece algumas palavras. Com certeza, Guevara e a liderança cubana não fizeram uma apologia do terror, nem sua revolução foi especialmente cruenta, comparada com outras experiências comunistas. Em princípio, o terrorismo, entendido como Lênin o fazia – basicamente o ato isolado de assassinato seletivo ou de ataque com bombas – é condenado por Che, pois *“(...) é uma arma negativa, que não produz, de maneira alguma, os efeitos desejados, que pode colocar o povo contra determinado movimento revolucionário, que traz uma perda de vidas, entre seus componentes, muito superior ao que rende em troca (...)”*. Na sua tipologia das ações revolucionárias, *“(...) É preciso diferenciar claramente a sabotagem, medida revolucionária de guerra altamente eficaz, e o terrorismo, medida bastante ineficaz em geral, indiscriminada em suas conseqüências, pois faz vítimas de seus efeitos gente inocente em muitos casos e que custa grande número de vidas valiosas para a revolução (...)”*.

Mas essas falas não resumem o problema. Em primeiro lugar, porque os próprios textos de Guevara são contraditórios. Da mesma maneira que condena em

tese o terrorismo, tal como ele o entende, é capaz também de dizer que “(...) *O terrorismo deve considerar-se como fator valioso quando se utiliza para justificar [justiçar, sic] algum importante dirigente das forças opressoras caracterizado por sua crueldade, por sua eficácia na repressão, por uma série de qualidades que fazem de sua supressão algo útil (...).* Ou seja, tudo se trata de uma questão de conveniência, não de princípios. O terror está embutido no cardápio revolucionário como uma alternativa sempre possível, desde que conjunturalmente interessante. Doutrinariamente, não há qualquer restrição filosófica ou ética a ele, apenas ponderações táticas a seu uso.

Em segundo lugar, porque terrorismo não é somente o que Guevara dizia que era. Quando se considera que o terrorismo é algo mais do que o atentado individual, as diferenciações que ele se empenha em fazer são irrelevantes. Como se sabe, não faltaram à história da guerra por ele levada em Cuba atos de *agitational terror* (atentados com bombas, incêndio de canaviais, seqüestros, justiçamentos exemplares etc.), bem como à história da revolução vitoriosa que ele ajudou a construir, atos de *enforcement terror* (julgamentos públicos, campanhas de denunciismo, ameaças, seqüestros, punição coletiva, fuzilamento sumário etc.). Assim, tão importante como verificar as passagens da obra de Guevara em que ele nomina o terrorismo, é considerar trechos em que ele fala coisas do tipo: “(...) *A importância da luta suburbana foi muito subestimada, mas é extraordinária. Um bom trabalho deste tipo, espalhado por uma grande área, paralisa quase completamente a vida comercial e industrial e coloca a população inteira em uma situação de intranquilidade, de angústia, de necessidade de desenrolar de sucessos violentos para sair desta espera (...).*” Na verdade, não é preciso ir muito longe para se certificar que o terrorismo não era de todo estranho a Guevara. Em sua conhecida *Mensaje a la Tricontinental*, escrita em abril de 1967, ele fez a apologia do “(...) *odio como factor de lucha; el odio intransigente al enemigo, que impulsa más allá de las limitaciones naturales del ser humano y lo convierte en una efectiva, violenta, selectiva y fría máquina de matar (...).*” Um pouco mais adiante, para não deixar dúvidas, especifica: “(...) *Hay que llevar la guerra hasta donde el enemigo la lleve: a su casa, a sus lugares de diversión; hacerla total. Hay que impedirle tener un minuto de tranquilidad, un minuto de sosiego fuera de sus cuarteles (...).*”<sup>9</sup>.

Guevara era um comunista atípico, mas dos mais furibundos. Junto com Raúl Castro, nenhum outro dos grandes dirigentes da Revolução Cubana foi mais ‘soviético’ do que ele. Embora parecendo mais arejado, nunca criticou o leninismo ou o stalinismo. Como rebelde, foi cruel e draconiano. Assassinou pessoas a sangue frio e simulou execuções de seus próprios camaradas para aterrorizá-los. No poder, foi o administrador da prisão de Las Cabañas, o organizador do tribunal revolucionário que realizou o *Paredón*, o principal idealizador das Unidades Militares de Apoio a la Producción (sistema de campos de concentração criado em 1964 e desmontado dois anos depois por interferência direta de Fidel) e um dos principais criadores da polícia política do novo regime. Este último empreendimento é especialmente simbólico. Já em janeiro de 1959, Raúl e Guevara receberam de Fidel a incumbência de organizar sigilosamente uma agência de segurança e inteligência do Estado. Para isso, foi fundamental a colaboração do Partido Socialista Popular, o partido comunista de Cuba. Dois de seus quadros, Víctor Pina e Osvaldo Sánchez, este chefe do Comitê Militar do PSP, estiveram desde o primeiro instante auxiliando o projeto. O órgão informal assim criado, conhecido como G2, ficou a cargo de Ramiro Valdés, sub-comandante de Che durante a guerrilha. Para o grupo foram cooptados também Angel Ciutah – que havia

---

<sup>9</sup>Disponível em <<http://www.filosofia.org/hem/dep/cr/ri12094.htm>>. Acessado em 2 de novembro de 2010.

militado nas fileiras do Partido Comunista Espanhol durante a guerra civil na Espanha e que colaborara com a chamada ‘Tcheka de Barcelona’ – e Luis Alberto Lavandeira, ‘El Francés’, supervisor de La Cabaña. Não é difícil imaginar o que estes homens pensavam sobre o terrorismo.

Com a institucionalização da revolução, o G2 foi transformado em Departamento de Seguridad Del Estado (DSE), o que deu mais organicidade ao grupo original de Guevara, Raúl e Valdés. Formalmente submetido ao Ministério do Interior, sua chefia nominal continuou com Valdés. Conhecido como ‘El Aparato’ ou simplesmente a ‘La Seguridad’, tornou-se um dos pilares do aparelho repressivo do regime, ao lado do Ministério da Defesa, ou seja, o Exército, controlado diretamente por Fidel e Raúl. Uma das principais consequências dessa sedimentação do aparato repressivo foi a criação do Departamento de Américas do Ministério, encarregado da exportação da revolução armada. Este foi o principal conduto de difusão do foquismo e do guevarismo no continente. Durante quase trinta anos, dali saíram não só idéias ambíguas sobre o terrorismo, como também farta ajuda material para a disseminação de grupos armados que tinham o terrorismo entre suas práticas concretas.

### **Do golpe de Onganía ao Cordobazo**

Enquanto a influência guevarista se esparramava pelo continente, na Argentina, em meados da década de 1960, o paradoxo de uma democracia sem participação dos peronistas se tornava cada vez mais explosivo. Estranho ao bom senso, efetivamente, o projeto não resistiu aos fatos. Diante da impossibilidade de manter o peronismo longe da vida política, os militares começaram a partir de 1965 a tramar a volta da ditadura castrense, vista como mais coerente e efetiva para continuar a luta contra as influências de Perón, agora somadas à influência da revolução marxista. Com efeito, em 1966, as Forças Armadas argentinas declararam encerrada a experiência democrática e, em um golpe não sangrento, colocaram no poder o general Juan Carlos Onganía.

Nesse momento, embora houvesse um forte movimento de debates e reorganização na esquerda, inclusive com algumas ações armadas por parte de grupos desgarrados, não estava ocorrendo um pico especial de violência política. Muitos *uturuncos*, *tacuaras* e guerrilheiros do EGP estavam presos e uma certa imobilidade momentânea marcava o movimento revolucionário. Aos poucos, entretanto, a proscrição dos partidos e a suspensão do jogo parlamentar contribuíram para exacerbar o campo opositor, reduzir a margem de manobra dos moderados e alimentar a brasa da violência. A suspensão da autonomia universitária e das associações estudantis foi especialmente perniciosa. Além de causar inúmeros distúrbios nos *campi*, inclusive com mortes de estudantes por repressão policial, criou um ambiente propício ao radicalismo, tão a gosto de uma juventude inquieta em busca de causas heróicas. Por outro lado, o programa econômico do governo, sem ser exatamente um desastre, não ajudava, e acabou antagonizando ainda mais a sociedade entre pobres e ricos.

O ano de 1969 foi singular na história argentina, especialmente para uma história que pretende isolar o fenômeno do terrorismo, por pelo menos quatro fatos de grande transcendência. Em 5 de abril aconteceu o assalto, sem vítimas fatais, a uma guarnição do Regimento de Infantaria baseado no Campo de Mayo realizado por um comando armado das recém criadas FAL (Fuerzas Armadas de Liberación) que logrou levar consigo importante arsenal. Até então, as instalações das Forças Armadas não tinham recebido ataques diretos em zona urbana. Quase dois meses depois, em 29 de maio, ocorreu o *Cordobazo*, o ensaio de insurreição operária que teve início em Córdoba e se multiplicou por outras cidades (Rosário, Cipoletti etc.). A rebelião representou um

importante ponto de inflexão na história Argentina, estimulando o sindicalismo classista e novas ofensivas da esquerda. No dia 26 de junho, outro grupo armado recém constituído (apresentado como Fuerzas Armadas Revolucionarias) inaugurou um nível mais grave e em grande escala de violência, fazendo voar, em uma operação muito bem planejada, treze supermercados Minimax na Grande Buenos Aires. Quatro dias depois, um novo comando que se apresentava como Fuerzas Armadas Peronistas assassinou o mais importante líder sindical e peronista do país, o metalúrgico Augusto Vandor, “El Lobo” (disposto a negociar com o governo e acusado de pelego), estreando assim a luta fratricida entre peronistas. Esses acontecimentos não tinham precedente na história argentina.

Depois da morte de Vandor, Onganía declarou Estado de Sítio e foram feitas prisões em massa. Mas isso não diminuiu a radicalização dos movimentos sociais e nem desarticulou os grupos armados. Segundo um levantamento apresentado por Lucas Lanusse, enquanto entre 1960 e 1968 houve uma média de 14 ações armadas com fins políticos por ano, em 1969 se registraram 49. Um ano depois, elas seriam 156. A estatística não inclui atentados com bombas<sup>10</sup>.

Em maio, justamente no primeiro aniversário do *Cordobazo*, ninguém menos que o general Aramburu foi seqüestrado e assassinado pelo grupo, até então também desconhecido, dos *montoneros*. Guerrilhas, *puebladas*, sindicalismo radical, agitação estudantil, tudo isso foi demais para Onganía, que acabou derrubado por um novo golpe, assumindo em seu lugar o general Marcelo Levingston.

### **A nova guerrilha**

Em 1970, a guerrilha urbana tornou-se efetiva da Argentina. Desde o começo do ano passaram a ser corriqueiras as ações de propaganda armada em favelas, os ataques a legações diplomáticas, os assaltos a postos policiais, os roubos de bancos e os atentados com bombas em vários lugares do país. Isso era algo bem diferente das tentativas, logo desmanteladas, no começo dos anos sessenta de implantar focos guerrilheiros nas zonas empobrecidas das províncias do norte.

O explosivo desenvolvimento de grupos armados na Argentina é bastante complexo e escapa a tipificações simplistas. Mais de quinze organizações apareceram no período, embora poucas conseguissem operar de modo conseqüente. Entre as menores e que acabaram engrossando outras siglas estavam El Obrero, Poder Obrero, Comandos Populares de Liberación, Socialismo Revolucionario, Grupo Armado Revolucionario de Liberación (GARDEL), Ejército de Liberación Nacional, Descamisados, Columna Sabino Navarro, Frente Revolucionario 17 de Octubre, Grupo Obrero Revolucionario etc. Entre os maiores estavam as Fuerzas Armadas Peronistas, as Fuerzas Armadas Revolucionárias, as Fuerzas Armadas de Liberación, os *montoneros* e o Ejército Revolucionario del Pueblo, as duas últimos sem dúvida alguma as mais importantes.

### **As três Fuerzas Armadas**

As Fuerzas Armadas Peronistas (FAP) se constituíram em 1968 a partir de ex-*uturuncos* como José Luis Rojas e Amanda Peralta, que se juntaram a militantes da Juventude Peronista, como Envar ‘Cacho’ El Kadri, seu líder mais destacado. Alguns sindicalistas, como Raimundo Ongaro também eram próximos do grupo. Depois de

---

<sup>10</sup> Lucas Lanusse. *Montoneros: El mito de los doce*. Buenos Aires, Vergara, 2007, pg. 82.

tentar uma fracassada ação de guerrilha rural em Taco Ralo, Tucumán, desbaratada pela polícia no segundo semestre daquele ano, as FAP reapareceram em 1969 com ações localizadas em áreas urbanas, algumas de grande impacto, como o assassinato de Vandor em junho e a ocupação do posto policial de Tortuguitas em outubro. Ideologicamente confusa, oscilando do peronismo ao comunismo, a organização passou por fortes debates entre os "*iluminados*" (com tendência a privilegiar o marxismo como marco conceitual) e os "*oscuros*" (que reivindicavam os valores tradicionais do peronismo). Em 1971, aconteceu um primeiro racha devido ao qual foram expulsos os integrantes de um amplo setor liderado por Eduardo Moreno, Ernesto Villanueva, padre Soler e Alejandro Peyrou, que se integraria aos *montoneros*. Em 1972, com o pomposo nome de Proceso de Homogenización Política Compulsiva, os setores mais marxistas forçaram uma maior esquerdização do grupo, rechaçada por uma linha mais antiga e próxima do peronismo tradicional. Isso gerou um leque de facções, entre as quais se destacaram as lideradas por El Kadri e Caride, que se incorporariam um pouco mais tarde aos *montoneros*, e as lideradas por Raimundo Villafior, que se dissolveriam no peronismo de base.

As Fuerzas Armadas de Liberación (FAL) também se formaram à mesma época. Grupo atípico e bem pequeno, de corte marxista, ele se estruturava em pequenas unidades militares de elite, muito técnicas, e com uma mínima atividade política, sindical ou estudantil. Sua obsessão pelas medidas de segurança tornou muito difícil a infiltração policial, ainda que não de todo inexistente. Células bastante independentes de uns dez a vinte integrantes utilizavam a sigla. Em 1971, por divergências internas, algumas delas passaram a assinar Fuerzas Argentinas de Liberación. Entre seus líderes estavam o chefe Juan Carlos Cibelli (antigo militante do grupo Práxis, de Silvio Frondizi), Carlos Della Nave e Alejandro Baldú. Este grupo vinha atuando 'sem assinatura' desde 1962, quando assaltou o Instituto Geográfico Militar levando várias armas. Nos anos seguintes assaltou diversos bancos, sendo seu maior golpe o roubo do Banco Popular Argentino, de Liniers, em 1968. A ação mais comentada do grupo, no entanto, aconteceu em 1970 quando uma célula liderada pelo médico Luís María Aguirre seqüestrou o cônsul paraguaio Waldemar Sánchez para trocá-lo por Baldú, preso anteriormente. Posteriormente, Aguirre e seu lugar-tenente Sergio Schneider fundaram a Coluna Inti Peredo, mais tarde fundida com o ERP (Ejército Revolucionário del Pueblo) da Santucho.

No final de 1969, surgiu no país outro grupo, chamado Fuerzas Armadas Revolucionárias (FAR), formado a partir da infraestrutura argentina da guerrilha do Che na Bolívia e de frações vindas do Partido Comunista da Argentina e de outros grupos menores como o Partido Socialista de Vanguarda Argentino e os Comandos Santiago Pampillón. Também conhecido como Ejército de Liberación Nacional (ELN), o grupo havia alcançado certa celebridade com os ataques aos supermercados Minimax. Em julho de 1970, com a ocupação armada levada a cabo contra uma guarnição do Exército em Garín, próximo de Buenos Aires, as FAR confirmaram sua disposição de luta. Embora originários do movimento comunista, a maior parte dos dirigentes do grupo (Carlos Olmedo, Juan Pablo Maestre, Francisco Urondo, Mirta Missetich, Arturo Lewinger, Juan Gasparini, Roberto Quieto, Raquel Gelin, Gustavo Stenfer etc.), com o transcurso do tempo, foram se orientando em direção ao peronismo revolucionário, até que a organização acabou se dissolvendo nos *montoneros* em 1973.

### **Os *montoneros*.**

Muito mais importante do que os três grupos acima citados, foi aquele que tomou o nome do “*montón de gauchos*” que seguiam os caudilhos nas guerras civis do século XIX. Daí *Montoneras*, como eram chamadas as unidades militares, geralmente de cavalaria, conduzidas pelos chefes locais uns contra outros. No Equador, Peru e Chile também se conhece o termo, com significado semelhante. *Montoneros*, pois, são, guardada a analogia, os “soldados do caudilho”, os “soldados de Perón”.

As origens do movimento *montonero* são diversificadas e as teses que procuram apresentá-lo como uma natural evolução de organizações peronistas anteriores são insuficientes porque não consideram a diversidade das trajetórias políticas de seus fundadores e nem os vários ambientes nos quais ele floresceu. Embora muitos participantes da resistência peronista e *uturuncos* tenham ajudado a fundar o grupo e as Juventudes Peronistas tenham sido sempre um de seus pilares, não se tratava de uma continuidade. A origem dos *montoneros* deve muito ao peronismo tradicional, mas só pode ser explicada pelo cruzamento dele com outros elementos que o extrapolam; alguns, inclusive, que não se resumem à história argentina, como a Teologia da Libertação e a Revolução Cubana. Além disso, existe também entre os *montoneros* um elemento fascista próprio, evidente na *tacuara* que aparece na iconografia do grupo, bem como na sua postura populista e autoritária, ou na origem de muitos dos seus militantes.

Os *montoneros* surgiram de pelo menos quatro grupos. O primeiro era composto por estudantes universitários de Córdoba que freqüentavam as paróquias progressistas dos bairros pobres da cidade (especialmente a de Los Platános). Em 1967, Emilio Maza, Adriana Chavich, Luis Rodeiro, entre outros desses estudantes, fundaram o Grupamiento Peronista Lealtad y Lucha, que pronto começou a promover pequenas ações armadas. O segundo grupo era composto por jovens de Santa Fé ligados ao Ateneo Santa Fé, à Universidad Católica e à Acción Sindical Argentina (ASR). Seu principal ativista era o estudante de química Mario “Freddy” Ernst, muito próximo das FAP. Como o grupo Lealtad y Lucha, eles também tinham um setor militarizado que desde o começo de 1968 se dedicava a roubo de armas e ataques com explosivos. O terceiro núcleo pioneiro foi o chamado grupo Sabino, oriundo de Santa Fé. José Sabino Navarro, vinculado ao movimento operário, e Gustavo Lafleur, treinado em Cuba, foram seus mais destacados dirigentes. O quarto foco de surgimento dos *montoneros* foi o chamado Grupo Fundador, composto pelo Comando Camilo Torres de Buenos Aires e o Comando Camilo Torres de Córdoba. Trata-se do núcleo pioneiro do movimento mais comentado pela literatura.

Ele teve origem no círculo do sacerdote Carlos Mugica, assessor da Juventude Estudantil Católica, e contou, entre outros, com Fernando Abal Medina, Carlos Gustavo Ramus, Juan García Elorrio e Mario Firmenich. Norma Arrostito, namorada de Abal e outra importante liderança do grupo, vinha do Partido Comunista. Eles realizavam trabalhos missionários, promoviam missas populares e, sobretudo, discutiam a revolução. Por iniciativa de Elorrio, ex-seminarista, em 1969 começou a circular a revista *Cristianismo y revolución*, que tinha como divisas “*el deber de todo católico es ser revolucionario*” e “*el deber de todo revolucionario es hacer La revolución*”, tomadas respectivamente de Camilo Torres, o padre guerrilheiro colombiano, e de Guevara<sup>11</sup>. No ano seguinte, parte do grupo começou a organizar o Comando Camilo Torres e a distanciar-se de Mugica (que colocava muitos reparos nas teses que pediam o uso da violência) e de Elorrio, (“que só se interessava por sua

---

<sup>11</sup> Ver edições em <<http://www.elortiba.org/cyr.html>>. Acessado em 15 de novembro de 2010.



revista”). No final do ano, depois de uma entrevista com El Kadri (das FAP), o Comando decidiu passar definitivamente à ação armada. Emilio Maza, que vinha de Córdoba, se aproximou então do grupo. No começo de 1968, Abal, Arrostito e Maza, foram enviados a Cuba para ter treinamento armado. Outros seriam mandados em seguida.

A participação de padres no acobertamento e estruturação desses primeiros grupos foi fundamental. Talvez em nenhum outro país a Teologia da Libertação tenha ido tão longe. Elvio Alberione (que montava presépios com as figuras de Ho Chi Minh e Guevara em sua paróquia), Arturo Paoli, Ruben Dri, Rafael Yacuzzi foram alguns deles. A passagem do catolicismo, até mesmo do catolicismo tradicional, para a esquerda peronista e guevarista, ainda hoje não está totalmente esclarecida, sendo um dos grandes temas do debate sobre a história política da Argentina. De qualquer forma, é certo que o Concílio Vaticano II favoreceu o proceso, a Teologia da Libertação insuflou o fermento secular e a alta hierarquia da Igreja local foi pusilânime. Na *Encíclica populorum progressio* (1967), o ponto 30 trata da “Tentação da violência” frente a “injustiças que bradam aos Céus”, sem condená-la explicitamente. No ponto 31, sobre “Revolução”, diz que elas são legítimas, “(...) *em caso de tirania evidente e prolongada, que atente gravemente contra os direitos fundamentais da pessoa e o bem comum do país* (...)”. Era tudo que precisavam os revolucionários. A Conferência dos Bispos Latino-americanos realizada em Medellín em 1968 confirmou a “opção preferencial pelos pobres” e denunciou a “violência estrutural das sociedades latino-americanas” e um “cristianismo popular e socialista” tomou conta das paróquias e seminários. A partir dessas idéias, a seqüência de radicalização dos jovens militantes católicos começava nas pastorais e missões de base, passava por círculos mais restringidos de discussão política e terminava nos grupos armados.

No final de 1969, esses grupos começaram a empreender ações coordenadas, como o assalto ao Banco de Córdoba em La Calera, promovido por um comando associado do pessoal de Buenos Aires com o pessoal de Córdoba. Ao mesmo tempo, o grupo Sabino também se aproximou do grupo bonairense, reforçado no começo de 1970 com a adesão do grupo de Mario Ernest. Em meados do ano, a união dos grupos já estava praticamente selada, começando uma seqüência contundente de ações contra o governo e os militares.

Difícilmente se pode pensar uma forma mais espetacular de entrada na luta armada para um grupo que se reivindicava peronista do que um ajuste de contas com o velho inimigo do peronismo, o general Pedro Aramburu, responsável maior pelo golpe dado contra Perón em 1955. Com efeito, no dia do primeiro aniversário do *Cordobazo*, ele foi seqüestrado por uma célula *montonera* composta por Maza, Abal Medina, Arrostito e Firmenich, entre outros, e assassinado em 1º de junho, depois de um “*juicio revolucionario*”. Mais de 20 mil homens da polícia e do Exército se lançaram à caça dos seqüestradores. Pouco depois, a maior parte deles começou a cair. Mesmo assim, na primeira semana de julho, o grupo voltou a atacar de modo espetacular, tomando com uns trinta guerrilheiros a população cordobesa de La Calera.

A morte de Aramburo inicialmente repercutiu mal nos meios peronistas, que descofiavam da participação militar no episódio. Perón guardou silêncio. Mas não demorou para que a base do movimento visse com simpatia aqueles corajosos rapazes e moças que pareciam vingar as injúrias sofridas pelos peronistas desde a *Fuziladora*. No começo de 1971, finalmente, Perón declarou-se de acordo com a ação e encorajou os comandos *montoneros*. A ação de uma guerrilha que lhe jurava lealdade passava a ser uma peça importante no tabuleiro político e melhorava sua posição nas negociações políticas com o governo. Dessa forma, a princípio os *montoneros* foram favorecidos

pela tradicional ‘estratégia pendular’ do caudilho, sempre explorando contradições de seus apoiadores, ora favorecendo uns, ora outros, para manter sua liderança como grande condutor estratégico. A essa época, ele tinha adaptado seu discurso às novas circunstâncias nacionais e internacionais formulando a Doctrina de la Tercera Posición, por meio da qual procurava se mimetizar no campo anti-imperialista e libertário. Com efeito, ele havia saudado a Revolução Cubana, chegando a dizer, por ocasião da morte de Guevara, que “(...) *La hora de los pueblos há llegado y las revoluciones nacionales em Latinoamérica son um hecho irreversible* (...)”<sup>12</sup>. Assim, os *montoneros* vinham a calhar, ainda mais porque representavam uma maneira de contrabalançar o peso do *vandorismo*, isto é, da burocracia sindical. Pensando nisso, desde essa época, Perón já exortava seus seguidores a criar “*formaciones especiales*”, isto é, grupos paramilitares para combater a ditadura (e, eventualmente, inclusive alguém indesejado do próprio movimento)<sup>13</sup>.

Os *montoneros* tiveram um crescimento espetacular. No período que antecedeu à Guerra Suja, era o grupo com maior número de simpatizantes e maior capacidade de mobilização de rua. Suas ações *callejeras* inspiravam-se nos grupos de ‘ação direta’ dos fascistas e traziam as digitais do Movimento Tacuara<sup>14</sup>. Participavam ruidosa e organizadamente das manifestações, marcando sua presença com os característicos bumbos e refrões cantados em uníssono. Alguns deles mostravam suas preferências políticas, como “*Perón, Evita, la patria peronista!/ Perón, Evita, la patria socialista!*”. Outros eram apenas engraçados, como “*mon-to-ne-ros, carajo!/mon-to-ne-ros, carajo!*”. Mas havia refrões ameaçadores, como “*Duro, duro, duro somos!/Los montoneros que mataron Aramburu!*”, ou, pior ainda, “*Rucci, traidor/te va pasar/lo que pasó com Vandor!*”. Nenhum deles, entretanto era tão emblemático como o “*somos terroristas/somos terroristas*”<sup>15</sup>.

Os *montoneros* nunca lograram uma unidade perfeita. Além do núcleo surgido no ambiente da Teologia de Libertação (Firmenich, Abal Medina, Maza, Elorrio, Ernst etc.), estavam também tendências mais próximas das FAP (Envar El Kadri, Gustavo Rearte etc.) e aquelas vindas do MNRT (a dissidência do Movimento Tacuara liderada por Joe Baxter e José Luis Nell). Os *montoneros* consumiam-se em querelas internas entre ‘*movimentistas*’ (que acreditavam em um processo revolucionário liderado por Perón), ‘*tendencistas*’ (que acreditavam que dentro do movimento peronista existiam posições irreconciliáveis e que era preciso superar os ‘traidores’) e ‘*alternativistas*’ (que eram ainda mais descrentes de um Perón revolucionário, aproximando-se do comunismo). Por essas e outras, o projeto *montonero* era simplista e vago. Além de trazer de novo Perón para a Argentina (o que acabou acontecendo em 1973), eles pretendiam lograr “*una patria justa, libre y soberana*”, colocando o país na marcha de um “*socialismo nacional*”. Nada muito além disso.

### **O Ejército Revolucionario del Pueblo**

O Ejército Revolucionario del Pueblo foi a última organização militar dessa geração a surgir. Ele teve como origem o Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), que existia desde 1963 e reunia militantes da Frente Indoamericana Popular

---

<sup>12</sup>Apud Lucas Lanusse. *Ibidem*, pg. 72.

<sup>13</sup> Martin Andersen. *Dossier secreto: El mito de la Guerra Sucia*. Buenos Aires, Planeta, 1993, pg. 103.

<sup>14</sup>Idem, *Ibidem*, pg. 98.

<sup>15</sup>Pilar Calveiro. *Política y/o violencia: Una aproximación a la guerrilla de los años 70*. Buenos Aires, Norma, 2005, pg 92.

(FRIP) e do Palabra Obrera (PO), grupo trotskysta vinculado a Nahuel Moreno e à IV Internacional. Entre seus principais dirigentes estavam Mário Santucho, Rodolfo Matarollo Benito Urteaga, Domingo Menna e Enrique Gorriarán Merlo. O PRT, como outros grupos esquerdistas de seu tempo, embalado pela Revolução Cubana, logo se viu envolvido pelo debate sobre a luta armada. Com matizes, todos os setores do Partidocoincidiam que a via violenta era o caminho para a revolução, apoiando, por exemplo, a guerrilha 'trotskysta' que se desenvolvera no Peru com Hugo Blanco. Mas Santucho acreditava que a luta armada poderia ser começada imediatamente na Argentina, enquanto Moreno achava que seria necessário primeiro a construção de um partido revolucionário de massa. Em 1968 o PRT se dividiu, de fato, em dois. Enquanto o setor dirigido por Santucho começou a se militarizar e se distanciar do trotskismo, o grupo de Moreno continuou no trabalho de base, acabando por fundar o Partido Socialista de los Trabajadores (PST).

Em seu V Congresso, realizado no Panamá em julho de 1970, o PRT decidiu se lançar definitivamente à luta armada que já vinha sendo preparada desde alguns anos por Santucho. Diferente dos outros grupos guerrilheiros, que tinham programas ambíguos ou vagos, o ERP era bastante claro e objetivo em suas intenções: tomar o poder pelas armas e promover uma revolução socialista de cunho bolchevique. Seu projeto militar era bastante pretensioso e bem concebido. Seu estilo de operações previa a constituição de grandes unidades capazes de dar combate frontal a destacamentos regulares do Exército, com ações articuladas nas zonas rural e urbana. Embora o ERP não tenha apresentado uma doutrina de guerra revolucionária acabada, sua prática se aproxima de um misto entre guevarismo e maoísmo, sendo claras as influências do modelo de guerrilha dos vietcongs. Criativo e aguerrido, foi o ERP, por exemplo, que começou a desenvolver um tipo de ação de propaganda típica nos anos de atividade da guerrilha na Argentina: os chamados '*repartos*', isto é, a distribuição à população de bens roubados de caminhões de mercadorias e supermercados. As primeiras operações do grupo de Santucho começaram a se avolumar em 1969, com vistas a preparar a guerrilha propriamente dita, como o assalto ao Banco Província, de Escobar, que lhe rendeu mais de duzentos mil dólares. A aparição efetiva do ERP, entretanto, só aconteceu em setembro de 1970, quando um de seus comandos irrompeu em uma delegacia de Rosário e matou dois policiais. Em breve, combates pesados estariam acontecendo.

### **A volta de Perón**

Entre 1970 e 1973, a esquerda e os peronistas revolucionários pareciam estar levado vantagem em sua luta, visto que não só sobreviviam, como tinham sido fundamentais na derrubada dos governos de Onganía e de Levingston. E caminhavam para derrubar o terceiro. Em 1971, o general Lanusse substituiu Levingston à frente da Junta Militar. A pesar de alinhar-se com a corrente mais conservadora do Exército, ele tomou medidas ligeiramente liberalizantes e procurou se colocar como moderado. Mais sensível à questão da pacificação do país, ele entendeu que não haveria modo de acalmar a sociedade senão agilizando eleições que conduziram a um processo que ele denominou de "*peronismo sin Perón*". Algo aceitável por seus colegas de farda. Mas isso pouco adiantou. Em 1972, uma série de ousados assaltos, seqüestros e assassinatos de autoridades do Estado mostrou que a dinâmica de violência política estava em ascensão. Os atentados que se seguiam de todos os lados (agora com alguns grupos parapoliciais de direita começando a se organizar) e o rápido crescimento da esquerda, levaram os militares a ir mais longe e chegar à fatal conclusão de que não só o

peronismo mas o próprio Perón deveria ser incorporado no processo político para barrar o comunismo.

Feitas as negociações necessárias para que os militares não tivessem que entregar o poder diretamente a Perón, Héctor Cámpora, candidato do Partido Justicialista ganhou as eleições presidenciais de março de 1973 e assumiu o cargo com a missão de preparar a volta do caudilho. Sua posse em maio, ao lado de Salvador Allende e de Osvaldo Dorticós, foi um grande acontecimento que reuniu cerca de um milhão de pessoas na Plaza de Mayo. Conforme o prometido durante a campanha, uma de suas primeiras medidas foi anistiar os presos políticos envolvidos com as armas. Em 1971, o governo do general Lanusse criara a Cámara Federal do Penal Especial. Até o momento, essa Cámara já havia condenado 600 prisioneiros com sentença firme e mantinha outros mais de 500 à espera de juízo. Apenas algumas horas depois de assumir o cargo presidencial, Cámpora, junto com seus ministros de Interior (Esteban Righi) e de Justiça (Antonio Benítez), baixou um decreto de indulto que tirou da cadeia mais de trezentos presos condenados por delitos de seqüestro, atentados com explosivos, roubos a bancos, assassinato e assaltos a unidades militares e policiais. Pouco adiante, outros decretos liberaram o resto dos detentos, dissolveram aquela Cámara e anularam os artigos mais duros do Código Penal a respeito de crimes de violência política. Grande parte dos anistiados incorporou-se imediatamente na luta armada.

Estas medidas tinham o apoio de Perón, que desde 1971 alentava as *formaciones especiales* de seu movimento, com as quais pressionara Lanusse. Como era de se esperar, a anistia foi interpretada pelos movimentos revolucionários como uma rendição do Estado. Santucho e o ERP chamaram a desarmar as Forças Armadas e criar milícias populares. Confiantes, os militantes revolucionários identificados com o peronismo começaram a ocupar edifícios públicos e proclamar o poder popular. Righi, como ministro do Interior, seguiu a Polícia Federal e autorizou os *montoneros* a formar uma custódia presidencial paralela à oficial, semelhante as GAP chilenas, organizadas pelo MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionario) para fazer a segurança de Salvador Allende. Uma onda de entusiasmo esquerdista varreu o país. Por alguns dias a violência diminuiu e, inclusive, as FAP depuseram as armas para sempre. Os *montoneros* e as FAR suspenderam temporariamente suas ações. Somente o ERP, que denunciava Perón como “*viejo y chocho*”, continuou a operar a pleno vapor.

Enquanto isso, o peronismo de direita se organizava. Cámpora nomeou López Rega para o Ministerio del Bien-Estar Social e foi montada uma comissão de mobilização e segurança (integrada pelos sindicalistas de estilo mafioso José Rucci e Lorenzo Miguel, pelo chefe da Policía Federal José Osindee outros chefes belicosos) que criou uma guarda particular do ministro com centenas de homens.

Em 20 de junho, Perón retornou. Pouco antes, Cámpora havia renunciado junto com seu vice-presidente, Vicente Solano Lima, abrindo caminho para que o caudilho se apresentasse a novas eleições. Assumiu então o governo interino Raúl Lastiri, presidente da Cámara. Envolvido com grupos secretos e muito próximo de López Rega, ele confirmava a tendência ao fortalecimento da direita no futuro governo peronista.

O terrível cenário de confusão e violência generalizada que se desenhava pareceu ter expressão premonitória já no desembarque de Perón quando do seu retorno definitivo à Argentina após dezoito anos de ausência. Calcula-se que três milhões e meio de pessoas espalharam-se pela autoestrada que liga a capital federal ao aeródromo para receber o grande herói. Era o regresso do messias, o mágico que

salvaria a pátria do caos anunciado. Todavia o que se assistiu naquele dia não foi a euforia da conciliação nacional, mas a explosão de uma bárbara desavença entre a burocracia sindical peronista e os *montoneros*. Velhas lideranças do sindicalismo chefiadas pelos homens de Rega e Osinde, determinadas a impedir a aproximação dos jovens *montoneros* ao caudilho, não vacilaram em abrir fogo em meio à multidão contra as *formaciones especiales* que estavam se aglomerando, armadas, perto do palanque montado para o discurso do general. Os *monotoneros*, com suas armas “*bien enfierradas bajo los ponchos*”, não titubearam por sua vez em responder com igual fogo sobre os “*fachos*” às ordens de Osinde. Um tiroteio destemperado e doido se espalhou pelos arredores do aeroporto, dividindo as facções peronistas em dois campos jurados de morte. O vôo de Perón teve que ser redirecionado para outro aeroporto dada a insegurança em Ezeiza. Pelo menos treze pessoas morreram e mais de trezentas ficaram feridas. O que era para ter sido uma volta triunfal, começava com um cataclismo.

### **A ruptura entre os peronistas e a criação da Triple A**

A avassaladora vitória eleitoral de Perón ensejou reais expectativas de paz social, mas apenas por algumas semanas. Logo depois da posse, pareceu seguir-se um momento de pausa nos conflitos sociais, de contenção das forças parapoliciais, de diminuição dos atentados da guerrilha, como se os grupos não soubessem o que fazer diante do fato inédito da volta do caudilho ao poder. O país parecia estar à espera de alguma solução, que não veio. Nesse contexto, não demorou para que o próprio peronismo desse sinais de crise, inclusive com novos enfrentamentos armados entre as facções do movimento. As FAP depuseram armas, mas não os *montoneros* e nem os *matones* de Rega e as *patotas* dos sindicalistas.

O governo de Perón rapidamente decepcionou os *montoneros*. A expectativa que eles tinham de arrastar o general para a causa da “libertação popular”, de torná-lo um líder terceiro-mundista disposto a enfrentar a oligarquia e o imperialismo, revelava-se uma fantasia. Quase octogenário, sentindo-se cansado, Perón não tinha mais ânimo para levantar bandeiras revolucionárias, muito menos as da extrema esquerda e dos peronistas radicais. As aventuras comunistas decididamente não lhe interessavam. Mais do que para fazer revoluções e abraçar o socialismo, ele voltara à Argentina para concluir sua história de vida, para desaforar seus ex-colegas de farda que o odiavam, fazê-los engolir Isabelita como sua vice-presidente (eles, que vetaram a candidatura de Evita no passado), morrer, enfim, em solo pátrio. Não foi à toa que logo ao voltar ele se agarrou nos braços seguros da boa e velha burocracia sindical que um dia havia criado. Mas os *montoneros* não estavam dispostos a abandonar a luta armada e a revolução, ainda que com Perón no poder. Na verdade, com suas esquisitices políticas os *montoneros* introduziram um debate que nem Perón e nem seus seguidores ortodoxos estavam dispostos a permitir: o que era, afinal, o peronismo? Como disse Alejandro Guerrero, “(...) *Y si el debate no podía permitirse ni resolverse en términos ideológicos se resolvería inevitablemente a balazo limpio* (...)”<sup>16</sup>. Ou melhor, sujo. Para mostrar sua determinação, em setembro eles mataram ninguém menos que José Rucci, sucessor de Augusto Vandor na CGT e fiel escudeiro de Perón. “*Me cortaron las patas*”, teria dito o general ao saber da morte do metalúrgico.

---

<sup>16</sup>Alejandro Guerrero. *El peronismo armado*. Buenos Aires, Editorial Norma, 2009, pg. 109.

O assassinato de Rucci foi a gota d'água que fez Perón se decidir pela criação de uma organização paramilitar a fim de combater a esquerda armada. Em 1º de outubro, seis dias depois do atentado, em uma reunião presidida por ele e na qual estavam presentes López Rega, Raúl Lastiri (presidente interino), Benito Llambí (que substituiu Righi no Ministério do Interior), José Humberto Martiarena (secretário-geral do Partido Justicialista) e vários governadores, seu projeto foi lançado. O objetivo era implementar em todo o território nacional uma estrutura especial de segurança encarregada de defender o governo peronista e impedir pela força qualquer ação contra ele. A reunião não foi clandestina. À vista de toda sociedade, estava sendo criado um aparato à margem da lei dentro do próprio Estado de Direito. No documento reservado que pautou o encontro, depois de denunciar o assassinato de *"nuestro compañero José Ignacio Rucci"* e atacar os *"grupos marxistas terroristas y subversivos"*, Perón era claro: *"(...) Se utilizarán todos los medios que se consideren eficientes, en cada lugar y oportunidad. La necesidad de los medios que se propongan será apreciada por los dirigentes de cada distrito (...)"*<sup>17</sup>. Quando ele dizia "todos", eram todos mesmo.

O que Perón tinha em mente era a criação de uma espécie de *somatén*, figura que ele utilizou mais de uma vez<sup>18</sup>. A expressão *somatén* (do catalão *sometent*, isto é, 'som emitido', pelos sinos badalados para convocar a população) refere-se a uma espécie de milícia local que foi comum em diversos períodos da história espanhola, especialmente na Catalunha, desde a Idade Média até a guerra civil de 1936. Ela podia assumir formas mais massivas e parecidas com unidades de um exército popular mobilizado eventualmente e formas mais propriamente policiais, de caráter mais local e político<sup>19</sup>.

A disposição de Perón para organizar seus *somaténs* viu-se estimulada pela política de provocação do ERP. A organização que até então mantivera um perfil de ações de pequeno porte (ataques a delegacias de polícia, assalto a bancos, seqüestro, extorsão, assassinatos localizados e atentados com bombas), alargou sua frente de guerra e passou a atacar diretamente arsenais militares, indústrias bélicas e diversos quartéis. Em sua operação mais audaciosa, em janeiro, um robusto comando de 80 guerrilheiros comandados por Gorriarán e Hugo Irurzun promoveu um ataque noturno ao Regimento de Cavalaria Blindada de Azul, em Buenos Aires. Os atacantes vestiam uniformes de combate idênticos ao do pessoal militar e portavam armas modernas. O combate durou cerca de oito horas e o estampido da artilharia pôde ser escutado em toda a cidade. A certa altura, Gorriarán ordenou a retirada. O ERP teve uma dúzia de combatentes capturados e metade disso de mortos, mas levou consigo um tenente coronel que passou dez meses como prisioneiro em uma 'prisão do povo', até ser finalmente assassinado. No dia seguinte ao ataque, um Perón uniformizado e solene foi à televisão conclamar o povo e repetir, como fizera com os *montoneros*, que todos os meios seriam usados para aniquilar o ERP. Sua *intervençãoterminou* com uma ameaça bem concreta. *"(...) No nos han pegado con saliva. Nosotros vamos a proceder de acuerdo con la necesidad, cualesquiera sean los medios. Si no tenemos ley, el camino será otro, y les aseguro que puestos a enfrentar violencia contra violencia nosotros tenemos más medios posibles para aplastarlos, y lo haremos a cualquier precio,*

<sup>17</sup> Richard Gillespie. *Soldados de Perón: Los montoneros*. Buenos Aires, Editorial Grijalbo, 1987.

<sup>18</sup> Ugo Gambini. 'Perón y la Triple A'. *La Nación* (08/03/2007). Ver

<<http://prensa.cancilleria.gov.ar/noticia.php?id=14208576>>. Acessado em 17 de agosto de 2010.

<sup>19</sup> Mesmo depois da vitória de Franco os *somaténs* continuaram a atuar. Em 1960, por exemplo, o *somatén* Abel Rocha de Sant Celoni matou a tiros o anarquista Quico Sabaté. De tendência tradicionalmente conservadora, suscetível à influência dos proprietários rurais, essas milícias só foram legalmente abolidas em 1978, ano em que o *somatén* de Hospitalet de Llobregat ainda disparou sobre um casal que estava fazendo sexo em local público.

*porque no estamos aquí de monigotes. Si no hay ley, fuera de la ley también vamos a hacer y lo vamos a hacer violentamente. Porque a la violencia no se le puede oponer otra cosa que la misma violencia. Ésa es una cosa que la gente debe tener en claro, pero lo vamos a hacer: no tengan la menor duda (...)*<sup>20</sup>.

Na lei ou fora dela, a solução era uma só. E ela foi precisada no comunicado oficial dirigido aos militares da guarnição atacada e difundido pela imprensa no dia 22 de janeiro, no qual Perón disse: “(...) *La estrategia integral que conducimos desde el gobierno, nos lleva a actuar profundamente sobre las causas de la violencia y la subversión, quedando la lucha contra los efectos a cargo de toda la población, fuerzas policiales y de seguridad, y si es necesario de las Fuerzas Armadas. Teniendo en nuestras manos las grandes banderas o causas que hasta el 25 de mayo de 1973 pudieron esgrimir, la decisión soberana de las grandes mayorías nacionales de protagonizar una revolución en paz y el repudio unánime de la ciudadanía, harán que el reducido número de psicópatas que va quedando sea exterminado uno a uno para el bien de la República (...)*”<sup>21</sup>. Até então, ninguém havia falado em campanhas de extermínio, nem mesmo os militares.

Desde quando voltara da Espanha, Perón se equilibrava na estratégia ‘pendular’ de fazer agradados aos *montoneros*, “*heroicos muchachos*”, mas não descuidava da ala mais fascista de seu movimento, fortemente apoiada nas gangues sindicais, com a qual realmente se identificava. Assim, ele não tardou a montar com um desenho característico o seu próprio esquema de segurança destituindo Rodolfo Galimberti (próximo aos *montoneros*) do cargo de responsável pela Juventude Peronista no Conselho Justicialista, nomeando Alberto Villar para a Policía Federal e entregando a López Rega o controle das suas forças de segurança. “El Brujo”, como era conhecido por seus interesses em esoterismo e astrologia, assumia assim o protagonismo no esquema para-policial do regime. Ex-cantor, ex-sargento da Policía Federal, secretário privado do general e temerário emergente do novo governo, Rega coordenava desde sua base no Ministério o grupo para-estatal integrado por Villar e outros agentes da Policía Federal, como Luis Margaride, Rodolfo Almirón e Juan Moralez.

Este núcleo se irradiava pelas delegacias e reunia ex-policiais, militares, dirigentes sindicais, delinquentes (como Aníbal Gordon) e militantes estrangeiros ligados à extrema-direita. O grupo de fogo original era composto pelos homens que haviam participado como franco-atiradores no tiroteio de Ezeiza e a partir dele Villar formou na Policía Federal uma tropa de elite com mais de cem homens para realizar ‘tarefas especiais’: “*Los Centuriones*”. Começava a se formar assim a Triple A, ou Alianza Anticomunista Argentina (AAA), o mais poderoso esquadrão da morte argentino.

Como era de se prever que aconteceria mais cedo ou mais tarde, na grande manifestação do Primeiro de Maio de 1974 realizada na Plaza de Mayo, a ruptura entre Perón e os *montoneros* explodiu. Diante dos insultos lançados contra Isabelita, que era estrepitosamente vaiada, sua paciência chegou ao fim. Enquanto da concentração *montonera* gritavam “*Si Evita viviera, /seria montonera*”, ou “*Que pasa? Que pasa? Que pasa, general, / que está lleno de gorilas el gobierno popular?*”, Perón, desde o balcão da Casa Rosada, interrompeu seu discurso e passou a atacá-los. Enfurecido, o general investiu contra eles ameaçando-os, chamando-os de “*imbeciles*”, “*imberbes*” e

---

<sup>20</sup>Carlos Acuña. *Por amor al odio*. Tomo II. Buenos Aires, El Pórtico, 2003, pg. 471.

<sup>21</sup>Disponível em

<[http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/vuelta\\_de\\_peron/carta\\_peron\\_efectivos\\_guarnicion\\_azul.hp](http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/vuelta_de_peron/carta_peron_efectivos_guarnicion_azul.hp)>. Acessado em 17 de novembro de 2010.

“*mercenários del extranjero*” e os expulsando da praça<sup>22</sup>. Organizadamente e continuando a gritar suas consignias, a coluna *montonera* deu meia volta e abandonou a manifestação. O episódio teve repercussão imediata. As sedes das Juventudes Peronistas foram tomadas por homens fiéis a Perón e uma intervenção federal foi decretada nas províncias dominadas por peronistas de pouca confiança. Logo depois o governo fechou vários jornais do movimento (*El Mundo*, *El Descamisado* etc.), formou uma comissão especial para o terrorismo e liberou definitivamente os métodos extra-legais de combate à esquerda<sup>23</sup>. Ainda em maio, o assassinato do padre Carlos Mujica, ‘conselheiro espiritual’ das lideranças históricas dos *montoneros* e metralhado na escadaria de sua igreja, mostrou que a Triple A havia chegado para valer. Pouco depois foi a vez do deputado peronista Rodolfo Ortega, metralhado fatalmente quando descia de um taxi no centro de Buenos Aires. Em agosto, a Triple A seqüestrou e assassinou os dirigentes sindicais da Juventude Trabalhadores Peronista, próxima dos *montoneros*, Horacio Chávez, Rolando Chávez, Luiz Macor e Carlos Pierini. Em setembro, uma bomba colocada na casa do reitor da Universidade de Buenos Aires, Raúl Laguzi, matou seu filho de quatro meses. E assim continuou.

Entrementes, para consternação nacional, Juan Domingo Perón veio a falecer exatamente dois meses depois da expulsão dos *montoneros* da Plaza de Mayo, em 1º de julho de 1974. Com ele também se sepultaram as derradeiras possibilidades de conciliação nacional e voltou-se a embaralhar o tabuleiro político argentino. Dali em diante e pelos anos seguintes, as paixões políticas e ideológicas que haviam dividido a Argentina chegariam a níveis inimagináveis para um país que se orgulhava da sua tradição de civilidade.

### **O (des)governo de Isabelita**

Constitucionalmente, Perón foi sucedido por sua viúva Maria Estela, ou ‘Isabelita’, êmula de Eva Perón, a heroína do Movimento Justicialista falecida em 1952. Na confusão que se seguiu, despreparada para o cargo, ela deixou-se manipular por Rega, que passou a assumir o governo de fato e agia nos bastidores como uma espécie de Rasputin. Com efeito, nos meses seguintes à morte do caudilho acentuou-se a presença no poder da direita peronista composta pela burocracia sindical que formou um verdadeiro cinturão ao redor de Isabelita. Os principais chefões dos grêmios laborais tornaram-se íntimos da Casa Rosada, levando para lá suas práticas de gansterismo, favoritismo e truculência. A economia praticamente parou, a inflação disparou, centenas de assassinatos e desaparecimentos forçados eram contabilizados e os tumultos se multiplicaram por todo o país. Com Isabelita cada vez mais isolada na presidência e Rega cada vez mais poderoso no governo, o ritmo das atividades paramilitares acelerou-se. A Triple A foi estabelecida formalmente e do ataque aos guerrilheiros, o grupo passou a atacar também os advogados dos guerrilheiros (atentado à sede da Asociación Gremial de Abogados), os políticos simpáticos aos guerrilheiros (atentado contra o deputado Rodolfo Ortega Peña) e quem mais manifestasse simpatias semelhantes. Nos gabinetes do Ministério e da Policía Federal eram elaboradas listas negras daqueles que deviam ser eliminados, enquanto que dos seus porões partiam os pistoleiros para cumprir missões de “*limpieza de terreno*”. Começaram então a aparecer pelas ruas de Buenos Aires, à vista de todos, cadáveres destroçados por balas ou parcialmente incinerados, muitos com marcas de

---

<sup>22</sup> A cena pode ser vista em <<http://www.youtube.com/watch?v=qZjmIDc4EOA>>. Acessado em 12 de novembro de 2010.

<sup>23</sup> Martin Andersen. *Op. cit.*, pg. 137.



espancamento ou tortura. Os comandos de extermínio não escolhiam somente militantes revolucionários "infiltrados" no peronismo, mas saíram atrás igualmente de artistas, jornalistas, acadêmicos ou escritores que sabidamente manifestavam apoio aos *montoneros* ou mesmo genericamente pela esquerda ou pela revolução. Mesmo depois da renúncia forçada de López Rega em julho de 1975, quando o Estado Maior das Forças Armadas ordenou que as unidades de inteligência tivessem sob seu controle ou absorvessem os esquadrões paramilitares irregulares, a Triple A continuou atuando. Depois que 'El Brujo' se foi, as atividades do núcleo filo-fascista do peronismo diminuíram, mas não cessaram. Não se tinha mais as bases do Ministério, mas a Policía Federal continuava a ser uma fonte importante de apoio e sindicalistas como Lorenzo Miguel e Herminio Iglesias ainda controlavam diversas *patotas* ativas, como a do guarda-costas de Miguel, o 'Polaco' Dubchack.

Embora os *montoneros* fossem as principais vítimas da Triple A e tivessem muitos de seus quadros dizimados depois do período de semilegalidade entre meados de 1973 e meados de 1974 (quando os homens de Rega puderam mapear o movimiento), no começo de 1975 a organização havia submergido na guerra revolucionária total e promovia atentados de alta letalidade, além de seqüestros, roubos e outros atos armados. Por sua parte, o ERP tinha tomado medidas concretas para se converter em exército regular. Confiando nessa estratégia, já desde o final de 1974, o ERP deu seguimento à nova etapa de generalização no conflito com o governo, incrementando seu foco rural em Tucumán, região que não perdera seu atrativo sobre a guerrilha argentina.

As relações entre o ERP e os *montoneros* em geral foram cordiais e de colaboração, exceto no período entre a posse de Cámpora e a morte de Perón, quando os *montoneros* tinham ilusões com relação à sua capacidade de influenciar o governo e o ERP insistia na crítica dura ao peronismo. Santucho sempre denunciou a euforia peronista. No período final de Isabelita, elas eram as duas maiores organizações armadas e tinham mais coisas em comum do que diferenças. As FAR haviam se unido aos *montoneros* e as FAL haviam se dividido em cinco colunas autônomas, a maior parte vindo a aderir ao ERP. Há enormes divergências sobre os verdadeiros efetivos dos *montoneros* e do ERP. As fontes militares chegaram a falar em até 15 mil combatentes, evidente exagero. Mesmo cifras menores saídas do ambiente militar que falam de três mil combatentes para o ERP e quatro mil para os *montoneros* também superestimam o poder da guerrilha. Mais crível é o que apontam Daniel Frontalini e Maria Cristina Caiati: em seu melhor momento as duas organizações não tinham mais do que dois mil militantes, com um número bem menor capaz de entrar em ação<sup>24</sup>. Algo parecido com o que sustenta Prudencio Garcia<sup>25</sup>. De qualquer forma, era o suficiente para manter o país sob forte tensão.

Resultante da pressão dos militares, a resposta do governo veio no começo de fevereiro de 1975 na forma do chamado Operativo Independência, autorizado por um decreto assinado por Ítalo Luder (presidente interino enquanto Isabelita estava de licença) e dedicado a acabar com a guerrilha de Tucumán. Embora prevista nos marcos da legalidade (restrição para detenção de prisioneiros, normas estritas de interrogatório, restrição da área de atuação do Exército etc.), a Operação imediatamente descambou para a arbitrariedade com diversas pessoas sendo presas extra-judicialmente, levadas para centros clandestinos de detenção, torturadas e

---

<sup>24</sup>Daniel Frontalini e Maria Cristina Caiati. *El mito de la Guerra Sucia*. Buenos Aires, Centro de Estudios Legales y Sociales, 1984, pg 67.

<sup>25</sup>Prudencio Garcia. *El drama de la autonomía militar: Argentina bajo las juntas militares*. Buenos Aires, Alianza Editorial, 1995, pg. 505.

assassinadas. Cenas aberrantes de violência contra guerrilheiros e a população civil suspeita de colaborar com a guerrilha começaram a ser perpetradas nas instalações militares, em uma prática até então desconhecida. Tendo como referência a Doutrina de Segurança Nacional e considerando estar participando de uma guerra que era também cultural, a ação dos militares não se limitou ao teatro de guerra ou ao militantes do ERP. Barreiras de controle nas cidades, expedições de captura nas universidades e invasões de residências faziam da Operação algo bem maior do que uma campanha convencional. Embora o ERP se vangloriasse em seus comunicados de paralisar um exército de 4 mil homens apenas com uma força que não passava de 400 combatentes, depois de enfrentamentos sucessivos, no final do ano a organização estava reduzida a uns poucos e pequenos comandos. O ERP não estava totalmente liquidado, mas fora golpeado duramente.

A autorização dada por Isabelita (que mais adiante assumiu o comando formal da Operação visitando a zona de conflito) para que os militares assumissem o controle da luta anti-subversiva em Tucumán deu-lhes um protagonismo antes negado por Perón, que preferia ver a luta antiguerrilheira como um problema de polícia, da sua polícia. Isso despertou-lhes antigas tentações. O clima de mobilização gerado pelo Operativo, a vitória fácil sobre o ERP e a violência da guerrilha urbana que não parava de crescer excitaram ainda mais o seu imaginário, fazendo com que eles se sentissem cada vez mais chamados a partir para o combate definitivo contra a esquerda.

Essa tendência foi especialmente reforçada no segundo semestre de 1975. A saúde de Isabelita parecia cambalear, as denúncias sobre corrupção do governo inundavam os jornais, a crise econômica assolava a vida do cidadão comum e os grupos armados golpeavam insistentemente. Em outubro, os *montoneros*, por exemplo, tomaram de assalto uma guarnição do Exército, uma prisão federal e o aeroporto de Formosa, além de seqüestrar um Boeing 737 das Aerolíneas Argentinas. Em novembro, enquanto oficiais da aeronáutica liderados pelo ultradireitista brigadeiro Jesús Capellini se rebelavam em armas, o ERP desfechava novo ataque noturno a uma dependência do Exército em Monte Chingolo, subúrbio industrial de Buenos Aires. O ataque, que envolveu cerca de 100 militantes, representou mais uma derrota para a organização. Quase a metade dos envolvidos no assalto morreu, boa parte da estrutura clandestina foi desmantelada por investigações posteriores e nunca mais se conseguiu igual armamento. Apesar disso, a repercussão do assalto foi grande e contribuiu fortemente para aumentar o clima de insegurança. A inquietude entre os militares crescia esponencialmente. Panfletos assinados por movimentos desconhecidos circulavam a todo momento nos quartéis chamando à ação e atentados promovidos por grupos de extrema-direita com falsas assinaturas de grupos de esquerda eram realizados para forçar uma estratégia de tensão que justificasse um governo de força. Finalmente, também em novembro, o general Jorge Videla, comandante do Exército, conseguiu que Isabelita autorizasse as Forças Armadas a centralizar a luta anti-subversiva, que, efetivamente, foi reorganizada e ampliada para todos os rincões do país. Aos poucos, os militares iam assumindo o controle da situação e o golpe começou a ser desenhado.

### **O golpe militar e o *Proceso de Reorganización Nacional***

A tentativa feita pelos militares em 1972 de fazer um recuo tático e se aproximar de Perón para impedir a revolução dera errado. Perón morrera cedo demais, Isabelita não era capaz de sustentar qualquer ordem e as lideranças peronistas não se revelaram à altura do pacto necessário. Por outro lado, nenhuma outra força política

(nem a Igreja, nem os industriais, nem os produtores rurais, nem qualquer partido que os representasse) se colocava como alternativa ao movimento guerrilheiro. Nenhum político dos partidos majoritários soube analisar a situação, compreender a gravidade que o tema do terrorismo tinha para o futuro do país e tomar as decisões necessárias. Os dirigentes foram demagógicos e aceitaram, direta e indiretamente, a pressão dos movimentos extremistas. A imprensa tampouco se destacou pela lucidez. Ávida de sensacionalismo, não se posicionou com decisão contra a violência ou se lançou a campanhas cívicas em defesa da paz. A Justiça, por sua vez, estava praticamente paralisada e os casos de condenação por atos de violência política reduziram-se a quase nada. Os tribunais eram marcados pela improvisação e a indecisão, não sendo poucos os juizes que manifestavam temor pelas ameaças que eles e seus familiares recebiam. Vários saíram do país e alguns, inclusive, chegaram a ser mortos. A cidadania, por sua vez, quase sem exceções, permaneceu calada, indiferente aos crimes promovidos por todas as partes.

Exasperava a caserna a constatação de que os movimentos armados cada vez mais se implantavam nos bairros populares, nos sindicatos, nas universidades e entre a juventude da classe média. Ao mesmo tempo, o sucesso dos militares brasileiros, uruguaios e chilenos na luta contra a guerrilha, animava os colegas argentinos. Afinal, em todos esses países a guerrilha tinha sido desbaratada com facilidade desde que as Forças Armadas decidiram enfrentá-las. Quando entrou janeiro de 1976, a trama do golpe, que recebeu o nome de Operação Áries, já estava quase totalmente tecida. A idéia era forçar Isabelita a renunciar, ou, em caso contrário, tomar o poder pela força e baixar atos marciais contra a esquerda e o peronismo. Em fevereiro, um *lock-out* empresarial agravou a situação política ao desencadear uma forte crise nos serviços e causar desabastecimento, praticamente dando a senha para o levante. Naquele último mês do governo de Isabelita, o número de pessoas seqüestradas ultrapassou a cem<sup>26</sup>.

Com efeito, em 24 de março de 1976, uma junta militar decretou o Estado de Sítio, o fechamento dos tribunais e do legislativo, a censura à imprensa e a proibição dos partidos. Em nome de um *Proceso de Reorganización Nacional*, a alta cúpula das Forças Armadas representada pelo brigadeiro Orlando Agosti, o general Jorge Videla e o almirante Emilio Massera, implantou um nova ditadura no país. Era a sexta vez que os militares assumiam o poder em menos de cinquenta anos na Argentina. Em todo o país, eles tomaram as repartições públicas e substituíram os dirigentes civis por oficiais. Os sindicatos foram ocupados e toda atividade política foi suspensa. Uma nova Corte Suprema foi instalada depois de rigorosa purga no Judiciário, as garantias individuais foram abolidas e se instaurou a pena de morte. Escolas e universidades foram esvaziadas de militantes e elementos suspeitos. Milhares de demissões ocorreram em empresas privadas e órgãos públicos. Enquanto os generais dirigiam o espetáculo, coronéis e capitães se assenhoraram da máquina governamental. Não tardou para que os cargos públicos fossem intensamente disputados pelos rendimentos que a corrupção auferia. O país foi repartido em áreas de influência das três armas e não poucas vezes elas se estranharam ao defender seus 'territórios'. Sintomaticamente, as cotas de poder de cada chefe coincidiam com as "áreas de segurança". O país foi quadriculado assim em zonas, sub-zonas, áreas, setores, subsetores etc.

Embora o golpe não fosse saudado nas ruas, não foi visto a princípio como algo absurdo por grande parte da população. A pouca cultura democrática argentina, o fracasso do peronismo, o desgoverno de Isabelita e o terror persistente pareciam até justificá-lo. No entanto, logo ele se revelaria um dos mais sangrentos da história da

---

<sup>26</sup>Marcelo Dias. *Op. cit.*, pg 49.

América Latina. Os militares haviam tomado o poder em 1955 (queda de Perón), 1962 (queda de Frondizi) e 1966 (queda de Illía), sucedendo-se com golpes dentro de golpes (Onganía, Levingston, Lanusse), mas sem se lançar a uma repressão generalizada. Agora, ao contrário, estavam decididos a ir mais longe do que qualquer outro movimento militar na região anteriormente fora. Em poucas linhas, como teria dito o general Ibérico Saint Jean, nomeado governador da província de Buenos Aires, seu projeto era: “(...) *Primeiro vamos matar todos os subversivos. Depois vamos matar seus colaboradores. Depois os simpatizantes e os indecisos. Finalmente, vamos matar os indiferentes* (...)”<sup>27</sup>. Não se tratava de uma fala isolada. A selvageria do regime ficou estampada já na morte de Bernardo Albarte, secretário geral do Movimento Peronista, possivelmente a primeira vítima. Às duas da madrugada do mesmo dia 24, um grupo combinado da Polícia Federal e do Exército, com a cara limpa, invadiu seu apartamento na Avenida Libertador, 1160, no sexto andar. Gritando que vinham para matá-lo, agarraram-no e jogaram-no pela janela. Enquanto sua família aterrada presenciava os fatos, os integrantes do comando se lançaram a saquear o apartamento.

Nos primeiros quatro meses do golpe, o número de prisioneiros chegou a quase 20 mil. Grandes centros de detenção, triagem e interrogatórios foram organizados pelas forças Armadas em vários lugares. Em Buenos Aires, o exército logo instalou um no Campo de Mayo, sede do I Corpo do Exército, sob o comando do general Suarez Masón. A Marinha instalou outro na ESMA (Escuela de Mecánica de la Armada), que ficava no bairro residencial de Nuñez, zona norte da capital. A Aeronáutica instalou o seu nas proximidades do aeroporto de Ezeiza, que ficou conhecido como ‘*La Atômica*’, devido estar próximo de um centro de pesquisas nucleares. Em Córdoba, foi instalado o campo de ‘*La Rivera*’. Em Tucumán foram instalados pelo menos dois campos. Em Baía Blanca, sede do V Corpo do Exército, outro grande centro foi instalado. E assim pelo país a fora, em unidades maiores ou menores. Casas clandestinas, armazéns, salas de ministérios e de universidades também foram usadas.

A teia repressiva tinha por base os serviços de inteligência das Forças Armadas (o Batallón 601, o Servicio de Informaciones de la Armada etc.), a Policía Federal (purgada das cúpula peronistas), a SIDE (a Secretaría de Inteligencia del Estado, remodelação da velha Coordinación de Informaciones de Estado criada por Perón em 1946) e o PIC (Personal Civil de Inteligencia, espécie de departamento especial para o controle dos esquadrões da morte vindos da Triple A, delinqüentes comuns e quem mais desejasse colaborar com as Forças Armadas).

Depois de um rápido momento de susto, no começo de abril de 1976 a guerrilha do ERP e dos *montoneros* voltou à carga com força. No dia 6 de maio, um comando do ERP conseguiu abater um helicóptero. Em junho, o general Cesáreo Cardozo, chefe da Polícia Federal, foi morto por uma bomba. Em julho, uma poderosa bomba colocada pelos *montoneros* no restaurante da sede da Polícia Federal devastou um andar do edifício e deixou cerca de vinte mortos e dezenas de feridos graves. Pelo menos três dezenas de policiais já haviam sido mortos nessa altura do ano. Ações de propaganda armada continuavam a se repetir, bem como os assassinatos de executivos identificados com o regime e com o “imperialismo”. Nas semanas seguintes mais bombas foram detonadas na sede central da Polícia Federal e no Comando da Força Aérea, sendo que o ERP matou o general Juan Carlos Mendieta, importante oficial da inteligência do Estado Maior. Em dezembro, outra bomba, colocada na sala de conferências do Ministério da Defesa, deixou mortos 19 oficiais que participavam de um reunião. Até fevereiro de 1977, Videla escapara de três atentados que por pouco

---

<sup>27</sup>Élio Guaspari. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pg 259.

não lhe custaram a vida. Uma onda de histeria se abateu nas Forças Armadas, que passaram a ser ainda mais violentas com os suspeitos de colaboração com o ERP e os *montoneros*.

Mediante execuções sumárias, chacinas, prisões em massa, tortura, infiltração de agentes, cooptação de militantes “*quebrados*” e trabalho de inteligência, as vitórias sobre a guerrilha não demoraram a acontecer. Não é impossível que só no primeiro ano do golpe tenham morrido mais de três mil pessoas. Como nos tempos mais ativos da Triple A, os assassinatos ocorriam sem qualquer controle e não tardou para que cadáveres começassem a aparecer em profusão nos rios, esgotos e até nas praias uruguaias, levados pelas correntes marinhas. A prisão de Roberto Quieto, segundo homem dos *montoneros* (que não saiu vivo da ESMA), e a morte de Santucho, o chefe do ERP (resistindo à prisão), tiveram um efeito devastador em suas organizações. Um após outro, os aparelhos clandestinos foram caindo e os militantes presos ou mortos. Antes que 1976 terminasse, tanto o ERP quanto os *montoneros* já não eram mais capazes de infligir danos estratégicos. No último mês do ano os *montoneros* ainda tentaram uma tática de “defesa ativa”, com pequenos ataques (bombas no cinema do Círculo Militar, no salão do Ministério da Defesa, em um ônibus da polícia etc.). Mas, a cada ação, o número de detidos e mortos aumentava. A estrutura da organização se esfarelava.

No final do ano era claro para a maioria da esquerda armada que deveria ser feito um recuo militar, priorizando a segurança dos militantes, inclusive optando pelo exílio em massa. Já desde antes da morte de Santucho, o ERP optara por um recuo estratégico e Arnol Kramer, que o substituiu, não esperou muito para fugir. Dois anos depois, ele organizou na Itália o Sexto Congresso do PRT, que deliberou pela dissolução da organização. Outra facção, minoritária e comandada por Gorriarán, desrespeitou a decisão e se dirigiu para a Nicarágua afim de combater ao lado da Frente Sandinista. Sua ação mais espetacular foi o assassinato de Anastasio Somoza, em setembro de 1980, com um tiro de bazuka contra o carro que o levava pelas ruas de Assunção. Por sua vez, em abril de 1977, Firmenich, Fernando Vaca Narvaja e Rodolfo Galimberti apareceram em Roma durante uma conferência de imprensa na qual davam a conhecer o recuo tático dos *montoneros*. Essa posição também não foi aceita por todo o movimento. Em 1979, inclusive, dezenas de militantes *montoneros* entraram clandestinamente no país para uma nova “ofensiva” e tiveram tempo de demolir com explosivos a casa do secretário da Coordinación y Programación Económica de la Nación, Walter Klein, atentar contra a vida do secretário da Hacienda de la Nación, Juan Alemann, e assassinar o empresário Francisco Soldatti e seu guarda-costas, antes de serem exterminados pelas Forças Armadas.

Vencida a peleja contra peronistas e revolucionários, para os militares tratava-se agora de governar. O que era bem diferente de fazer a guerra. Em 1980, o plano econômico da Junta Militar, cuja reforma financeira estava causando aguda recessão, pareceu esgotar-se. O crescimento rápido da dívida internacional alimentado pelo excesso e desperdício de gastos públicos colocou a economia em um beco sem saída e o ministro Martinez de Oz começou a ser hostilizado, inclusive desde fileiras do regime. Os crescentes atritos entre Massera, que tinha pretensões de se lançar na política, e Videla, que mantinha-se numa posição mais burocrática, começaram a dar sinais de que a Junta não era monolítica e que caminhava para a desinteligência. Por outro lado, se não havia mais guerrilha, o movimento em defesa dos Direitos Humanos assumira grandes proporções, inclusive com marchas multitudinárias pela capital. Em março de 1982, apesar do esquema repressivo, mais de dez mil pessoas acudiram a um chamando da CGT e se concentraram na Plaza de Mayo. Prevendo o pior e na tentativa

de desviar a atenção pública de suas políticas equivocadas, os militares promoveram no começo de abril, uma expedição militar que se apoderou das Ilhas Falkland. Foi um gesto motivado pela pouca criatividade do governo, carente de projetos estratégicos, e de uma avaliação equivocada de sua parceria com os Estados Unidos. Chefiado pelo general Leopoldo Galtieri, o governo acreditou com isso mobilizar a nação e ressuscitar sentimentos patrióticos que dessem sobrevida ao regime. Conseguiu por pouco tempo. A humilhante derrota perante os ingleses precipitou a derrubada da ditadura e a desmoralização definitiva dos militares.

Alfonsín assumiu o governo civil em 1983 e tomou imediatas medidas para julgar os crimes cometidos pelas juntas militares que governaram o país desde 1976. Naturalmente, isso lhe trouxe dificuldades com a caserna. A Ley de Punto Final que ele sancionou um pouco mais tarde e que tinha nítido caráter conciliador, não foi suficiente, entretanto, para acalmar setores das forças armadas inconformados com os julgamentos. Na Semana Santa de 1987, ocorreu uma grande rebelião promovida por jovens oficiais liderados pelo tenente-coronel Aldo Rico. Conhecidos por '*cara-pintadas*', devido sua pintura de guerra, eles colocaram por alguns dias o país nas bordas de uma guerra civil. Os chefes militares não obedeceram as ordens para reprimir o levante, milhões de pessoas saíram às ruas para repudiar o movimiento e a CGT declarou uma greve geral. O conflito não teve maiores conseqüências e uma solução negociada foi encontrada. Em janeiro de 1989, Alfonsín passou ainda por outra prova quando ocorreu o ataque de remanescentes do ERP e de outros grupos esquerdistas, agora reunidos em um desconhecido Movimiento Todos por la Patria, ao quartel do Regimiento de Infantería Mecanizada de La Tablada. No episódio resultaram mortas 39 pessoas, 28 delas assaltantes, entre as quais Enrique Gorriarán Merlo, o líder histórico do ERP, que organizara a ação. Apesar desses espasmos anacrônicos, estava definitivamente encerrada a 'Guerra Argentina'.

---

### **Violência política e terrorismo: Um balanço técnico**

Tendo em vista o desenrolar da violência política na Argentina entre 1955 e 1989, cabe agora voltar à questão proposta na Introdução desta monografia, a respeito do que pode ser considerado terrorismo propriamente dito e a quem cabe o quê em toda essa história. Como foi sinalizado antes, a resposta para isso não pode ser dada considerando-se apenas dois grupos básicos de atores, mas três, pelo menos. E mais, como também já foi dito, deve levar em consideração um tipo de violência qualificada.

Os militares talvez representem o grupo mais coeso desses atores. Apesar de algumas diferenças pessoais (os mais 'técnicos', os mais 'políticos' etc.), durante as quase três décadas em que foram protagonistas da cena argentina, eles reagiram politicamente de modo bastante padronizado e próprio, embora evoluindo com o tempo. O regime implantado pela *Fuziladora* prendia-se a raízes anteriores à Guerra Fria e a violência por ele desencadeada tinha uma tonalidade provinciana, pouco sistêmica. No começo da década de 1960, entretanto, com a difusão das guerrilhas, o aguçamento da Guerra Fria no continente e a maior projeção norte-americana, os militares incorporaram suas referências estratégicas e adotaram teses geopolíticas mais conseqüentes como a Doutrina de Segurança Nacional e a Doutrina das Fronteiras Ideológicas.

Em termos militares, essa doutrina se desdobrava basicamente em uma escola de contra-insurgência de inspiração norte-americana que envolvia um misto de ações sociais populares (para ganhar 'corações e mentes') e ações repressivas abertas e encobertas (para neutralizar e eliminar inimigos). Ela fora pensada inicialmente para

responder aos desafios da ação leninista tradicional e das guerrilhas rurais, cujos modelos maoísta e guevarista já eram conhecidos. Assim, em princípio, ela compreendia ações de propaganda, de inteligência, de sabotagem e até de assassinato seletivo, mas não reservava um papel de destaque para a tortura e o extermínio. Esses temas só começam a fazer parte do repertório das políticas de contra-insurgência a partir de meados da década de 1960, quando as guerrilhas urbanas se tornaram um desafio inédito e se difundiu a influência francesa na luta contra-revolucionária.

Até a guerra de libertação na Argélia, nem mesmo os norte-americanos dispunham de um modelo de como conduzir o combate à guerrilha nas cidades. No conflito argelino, entretanto, se sedimentou uma nova escola de contra-insurgência que teve grande repercussão, especialmente na Argentina. Essa nova escola começou quando o coronel Charles Lacheroy, que chefiava um regimento na Indochina no começo da década de 1950, decidiu estudar a organização da Vietminh e o maoísmo. Nesse estudo, ele percebeu que o calcanhar-de-Aquiles dos comunistas era justamente a retaguarda (basicamente o grupo social que os apoiava), e não a frente de batalha. A partir disso, ele escreveu *La campagne de l'Indochine ou Leçon de guerre révolutionnaire*, que não teve tempo de exercer grande influência nos acontecimentos do Vietnã, mas cujas teses foram adotadas oficialmente, e enriquecidas, pelo Estado-Maior do Exército na luta contra os nacionalistas argelinos. Como se sabe, o exército francês obteve grandes vitórias militares sobre a guerrilha argelina. O resultado dessa experiência foi sintetizado no tratado do Roger Trinquier, *La guerre moderne* (1961), e no *Le manuel de l'officier de renseignement* (1962), de Marcel Bigeard, ambos ex-combatentes na Indochina e na Argélia.

Refletindo essas e outras memórias, a doutrina francesa pressupunha basicamente, em primeiro lugar, dividir o território em zonas e subzonas de segurança administradas por militares. Depois, em impedir que os guerrilheiros recorressem a algum tipo de santuário natural ou abrigo nas cidades. Finalmente, em fazer uma varredura minuciosa para caçar e exterminar os inimigos. Para isso, era necessário um forte trabalho de inteligência. Era necessário conhecer como funcionava a organização inimiga, saber quem era quem dentro dela, refazer seu organograma e eliminar suas fontes de apoio e seus militantes principais. Cada ativista inimigo tinha contatos, parentes, filhos, companheiros, amigos, colegas de serviço e simpatizantes. Nenhum deles poderia ser desperdiçado como fonte de informação ou se sentir imune à repressão. Ninguém que pudesse apoiar o inimigo poderia sentir-se a salvo. A chave para o sucesso desse esquema estava no interrogatório. Ou melhor, no método preferencial de interrogatório: a tortura. Finalmente, esquadrões da morte compostos por sub-oficiais e agregados dos submundo do crime deveriam fazer desaparecer os indivíduos indesejáveis. A proposta não era impressionar ou assustar, mas exterminar.

Isso tudo era muito distinto das doutrinas de contra-insurgência que se tinham até então. A indiferença demonstrada pelas implicações políticas e morais da guerra a ser travada era muito distante das doutrinas de segurança tradicionais. Nesse sentido, por exemplo, os norte-americanos não haviam desenvolvido nada além do que algumas apostilas sobre sabotagem e a tortura ainda não era ensinada na Escola das Américas. Eles começaram a adotar os métodos franceses depois de uma missão do ex-coronel Paul Aussaresses ao Fort Bragg em 1961, surgindo daí, entre outras coisas, a Operação Fênix, realizada no Vietnã algum tempo depois por Robert Komer, o agente da CIA encarregado de organizar os esquadrões da morte em Saigon. Aussaresses, que tinha sido o chefe das equipes de interrogatório em Argel e chegou a se adido militar no Brasil em 1973, foi um dos principais difusores dos textos de Lacheroy, Trinquier e

Bigéard, inclusive para vários oficiais latino-americanos aos quais ministrou cursos em Fort Bragg e em Brasília.

A influência das teses forjadas na experiência argelina foi especialmente contundente na Argentina, onde desde 1959 havia uma missão militar francesa chefiada pelo coronel Robert Servent, especialista em guerra subversiva. Praticamente todos os integrantes das juntas militares que tomaram o poder em 1976 passaram pelos cursos dados no 12º andar do Estado-Maior argentino, onde a missão funcionava. Depoimentos de generais como Harguindeguy, Diaz Bessone e outros<sup>28</sup> confirmam que foi a doutrina francesa que inspirou a guerra movida pelos militares argentinos. Não sem razão, o general Bignone (que redigiu os decretos da Junta Militar) considera que os acontecimentos argentinos foram uma “cópia” do que se passou em Argel. Desimpedida política e moralmente pela anomia que tomou conta do país, a alta hierarquia militar agiu como se a Argentina fosse um campo de batalha como Argel e Oran quando o exército francês desrespeitou todo tipo de convenção sobre guerras. O resultado, tal como na Argélia, foi um sucesso militar, mas um desastre político e moral.

A lista dos crimes cometidos em nome do *Proceso de Reorganización Nacional* é enorme e chocante. Não só pela quantidade, mas também pelas modalidades e condições em que foram perpetrados, os assassinatos e torturas produzidos pelo regime militar se inscrevem em um dos episódios mais graves de *enforcement terror* na história da América Latina no século XX. O regime militar não só deteve irregularmente, torturou e executou extrajudicialmente, mas o fez com requintes inimagináveis. Prisioneiros foram assassinados meses depois de terem sido detidos. Como aconteceu com Norma Arrostito, duramente torturada e exibida como um troféu para aterrorizar psicologicamente outros detentos, morta mais de um ano depois de ser capturada. Prisioneiros foram dopados e jogados de aeronaves em mar aberto, como nos chamados ‘*vuelos de la muerte*’ saídos regularmente às quartas-feiras da Escola da Marinha. Entre eles podiam estar com frequência menores, como Floreal Avallaneda, de 15 anos, seqüestrado junto com sua mãe em 1976, cujo corpo apareceu na costa uruguaia depois de ter sido lançado de um helicóptero. A tortura adquiriu formas grotescas, que são desnecessárias de escrever. A violação sexual vexou especialmente as mulheres, mas não eximiu os homens. Durante as prisões e seqüestros, não era raro que os integrantes da ação saqueassem a residência da vítima. Ou obrigassem seus familiares a assinarem termos de cessão de bens (casas, carros, empresas) passando-os para seus nomes. Também não foi incomum o rapto de crianças, filhas de militantes mortos em combate ou executados. As famílias dos sequestrados que buscavam a justiça e assessoramento jurídico para encontrá-los, logo descobriram que isso podia ser muito perigoso. Sintomaticamente, nos dois primeiros anos do golpe, mais de cem advogados de defesa de presos vinculados às guerrilhas desapareceram. Com efeito, a descrição dos horrores cometidos nos porões da ditadura argentina pode continuar por páginas e páginas.

Embora fontes mais impressionistas tenham falado em 30 mil mortos e desaparecidos, a lista original da CONADEP, que chegou a conter cerca de nove mil nomes, baixou para pouco menos de seis mil. A primeira cifra (8.961) foi posteriormente revisada pela Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia, que estabeleceu em 5.998 os casos com denúncias solidamente fundamentadas para poder receber a indenização de 250 mil dólares por cada *detenido-desaparecido*.

---

<sup>28</sup>Ver entrevistas em <<http://www.youtube.com/watch?v=w440YUXihM4&feature=related>>. Acessado em 12 de outubro de 2010.



Na contagem inicial foram incluídos vários nomes indevidos (por exemplo, mais de trinta argentinos exilados que morreram no terremoto do México em 1985) e muitos, inclusive, apareceram vivos (Daniel Najmanovich, Ana María Testa, Alicia Dambra, Rubén Sampini, Silvia Tolchinsky, Humberto Meade, Carmen Argibay etc.). Para esses e outros crimes, o movimento das Madres de la Plaza de Mayo apresenta o nome de cerca de 250 perpetradores, a maioria dos quais não foi levada a julgamento.

De tudo isso, que não foi pouco, o que se pode chamar de terrorismo? Na verdade, menos do que se imagina. Que as Forças Armadas argentinas, auxiliadas por corpos policiais, foram assassinas e brutais não resta dúvida, mas em que grau elas empregaram aquela violência que se caracteriza pelo desejo de impor o medo antes que o extermínio? O que foi mais significativo nela? O simbolismo do ato violento ou o desejo de causar dano material estratégico? A espetacularidade é marca forte do terrorismo, não o ‘secretismo’ que cercou a violência da ditadura. Tal como na doutrina francesa, a guerra suja movida pelos militares pretendeu riscar os guerrilheiros do mapa, não convencê-los de nada ou imobilizá-los. Embora fosse uma ingenuidade, suas operações eram feitas para permanecer totalmente encobertas (isto é, desconhecidas), o que, por definição, não pode ser considerado terrorismo, que justamente se caracteriza pela publicização do ato violento, pela exposição das vítimas e a ameaça declarada.

Não se trata, obviamente, de afirmar que inexistia uma dimensão terrorista no regime implantado pelos militares. Ela existia já na doutrina que os inspirou (que falava, por exemplo, em torturar prisioneiros uns diante dos outros) e ficou estampada no Estado policial que eles decretaram. O desprezo pela legalidade e o uso da força instalaram mecanismos automáticos de *enforcement terror* que foram incrementados com políticas de intimidação e amedrontamento. Os militares foram terroristas quando estimularam o denunciismo, quando coagiram testemunhas e parentes de suspeitos, quando torturaram filhos na frente de pais, quando mataram a cara descoberta em locais públicos e sempre que exerceram uma violência cujo objetivo (propagandístico, simbólico, preventivo etc.) ia além de si mesma, isto é, de simplesmente neutralizar fisicamente o oponente. Eles foram terroristas na medida em que utilizaram estratégias intimidadoras que instilaram o medo difuso e a vulnerabilidade pessoal na população civil. Mas o terrorismo foi menos essencial do que a política de extermínio que eles empreenderam e que é verdadeiramente o que lhes caracteriza. Essa política pode ser chamada de crime de guerra, crime contra a humanidade, genocídio ou o que se queira, mas não exatamente terrorismo.

Ora, sendo terrorismo o que é, prática plena de implicações políticas e jurídicas, a questão técnica aqui não é de menor importância.

Levando-a em consideração, muito mais pertinente, por exemplo, se coloca a questão do terrorismo para o campo da esquerda revolucionária. Seja de maneira mais assumida, pela reivindicação do bolchevismo, como no ERP, ou de forma mais ambígua, no embalo das novas formas de guerra de libertação, como nos *montoneros*, esses grupos coincidiam em conceder um lugar de destaque a várias práticas terroristas, muitas vezes sem pudor de chamá-las por esse nome. Desde versões mais duras que se nutriam do leninismo (crítica ao terrorismo anarquista e apologética do Terror Vermelho) até versões mais brandas na linha do ‘terror com ternura’ de Guevara, passando, é claro, pelo terror popular apresentado pelo maoísmo, as teorias revolucionárias não tinham grandes problemas com o terrorismo.

Em meados da década de 1960, quase todos os grupos de esquerda argentinos acreditavam que a solução para o país era algum tipo de ditadura popular e que a revolução só poderia ser conseguida com a violência. A maior parte dos revolucionários rechaçava a tática comunista ortodoxa, de corte stalinista, das frentes

populares e da via ‘pacífica’ para a revolução. Como disse Luis Mattini em entrevista a Felipe Pigna, “(...) *Nosotros no queríamos un régimen de democracia liberal en la Argentina. Nos proponíamos un Estado socialista, y estábamos convencidos de que un Estado socialista solo podía ser conquistado por la fuerza de las armas (...)*”<sup>29</sup>. Essa ‘força das armas’ compreendia, naturalmente, o terrorismo. Como disse Regis Debray em um artigo da série que escreveu para o *Les Temps Modernes* (*La gran marcha de America Latina*) no qual comentava a violência praticada na Argentina por setores do peronismo e do sindicalismo no começo dos anos sessenta: “(...) *El terrorismo no es contradictorio con la lucha de masas en un clima de legalidad o de represión, pero puede volverse contradictorio si no intenta por todos los medios determinarse políticamente (porque no hay terrorismo o lucha armada "limpia y clara", sin injusticias y sin errores que solamente pueden ser corregidos en la misma práctica). En Argentina el terrorismo entrañó a partir de 1960 una caída de la combatividad de las masas obreras y una clara disminución de la acción revolucionaria (...)*”<sup>30</sup>.

O passo da guerrilha rural à urbana foi essencial para o desenvolvimento de formas mais agudas desse terrorismo. Na lógica do foco rural há um projeto, de eficácia discutível, mas em todo caso crível, de que a progressiva conquista militar de território, somada à adesão de camponeses e operários, transforme as relações de força e culmine na tomada do poder. Ao contrário, na lógica das ações nas cidades não há um plano militar no sentido estrito da expressão, mas um plano de criar caos, para daí sim, abrirem-se as condições para a tomada do poder. A cultura do atentado, na qual se consubstancia fundamentalmente a guerrilha urbana, não pretende disputar um território físico, mas fundar um território político, uma justiça paralela, um permanente e invisível elemento de tensão.

Apesar disso, como justamente lembra Richard Gillespie<sup>31</sup>, não é simples aplicar o termo ‘terrorista’ a todo o movimento guerrilheiro na Argentina. Por várias razões. Os documentos internos dos *montoneros* e do ERP<sup>32</sup> evitam tratar teoricamente do terrorismo. No máximo aparecem algumas menções ao terrorismo praticado pelos anarquistas no século XIX, que é vagamente criticado. Nos seus jornais, terroristas são sempre os outros e terror é sempre a violência cometida contra eles ou contra o povo. Assumir-se como terrorista não era uma política dos vários grupos, embora aqui e ali ocorressem manifestações neste sentido, como nas falas de Santucho ou nos cantos dos *montoneros*. Na verdade, a propensão a vê-los como tais foi sempre maior fora da Argentina do que dentro. Isso se deveu em grande medida ao fato de eles se situarem em uma perspectiva de movimentos de massa (especialmente os *montoneros*) e exércitos profissionais (especialmente o ERP), de suas ações serem mais orientadas para incorporar as pessoas do que para aterrorizá-las, e de que boa parte da violência praticada pelas guerrilhas dirigiu-se contra propriedades e bens públicos evitando-se atentados indiscriminados e aleatórios. Para rematar, alguns de seus ideólogos ainda condenavam formalmente o terrorismo. Como Abraham Guillén, que disse claramente em *Desafío al Pentágono: Guerrilla latinoamericana* (1969): “(...) *el uso y abuso de*

---

<sup>29</sup>Felipe Pigna. *Lo pasado Pensado*. Buenos Aires, Editorial Planeta, 2005, pg.167.

<sup>30</sup> Disponível em <<http://www.elortiba.org/masetti.html>>. Acessado em 22 de outubro de 2010.

<sup>31</sup>Richard Gillespie. ‘Political violence in Argentina’. In Martha Crenshaw. *Terrorism in context*. Pennsylvania, Pennsylvania State University Press, 1995, pg. 213.

<sup>32</sup>Daniel de Santis. *¡A vencer o morir! Documentos Del PRT-ERP*. Disponível em <[http://lahaine.org/amauta/b2-img/santis\\_vencer.pdf](http://lahaine.org/amauta/b2-img/santis_vencer.pdf)>. Acessado em 12 de julho de 2010. Ver também *El Combatiente* (órgão oficial do ERP) e *Evita Montonera* (órgão oficial dos Montoneros) em <<http://www.elortiba.org/aguanta.html>>. Acessado 25 de julho de 2010.

*terror no hacen ganar sino perder la población (...)*. Ele foi ainda mais longe ao dizer que “(...) *Los medios violentos no se justifican contra un régimen en prosperidad, democracia y respeto para la persona humana; pues sería criminal hacer terrorismo contra un orden legal en que el pueblo sea el sujeto de la historia: (...)*”<sup>33</sup>. Mas Guillén não estava ali para explicar, senão que para confundir.

É ingênuo pensar que o que animava os quadros guerrilheiros eram alegres utopias. Isso é claríssimo no caso do ERP, totalmente debitário da tradição bolchevique, do trotskismo e de outras variantes do pensamento revolucionário que concede ao terror um claro lugar tático. Mesmo entre os *montoneros*, que foram influenciados por doutrinas contrastantes, a presença do comunismo e do fascismo não deve dar lugar a ilusões. Seu projeto era autoritário e nele o terror cumpria um papel, ainda que não exatamente inserido em uma acabada doutrina do poder como no ERP. Seja como for, para uns e outros, os imperativos da ‘Revolução’ permitiam sem dificuldade que as estratégias de guerrilha rural e urbana não excluíssem atividades características do terrorismo.

Além de ações de guerra típicas como os assaltos de grandes proporções a unidades militares, o afundamento parcial do destroyer Santíssima Trinidad e a destruição de um Hércules c-130 carregado com tropas, foram comuns os seqüestros para extorsão (muitos deles nem chegaram a ser denunciados às autoridades), os seqüestros seguidos de morte (Aramburu, Oberdam Sallustro, o jornalista David Kraiselburd, o coronel Larrabure, o cônsul norte-americano em Córdoba John Patrick Egan etc.), os seqüestros de aeronaves com passageiros (oito casos), os assassinatos de sindicalistas (Vandor, Alonso, Kloosterman, Rucci, Coria etc.) (1974) e os roubos de todo tipo (a bancos, carros blindados, fábricas, depósitos, lojas etc.). Os tiroteios e explosões em vias públicas fizeram várias vítimas civis. Como Blas Garcia, motorista de caminhão, que circulava na Avenida Madero quando uma “bomba vietnamita” colocada pelos *montoneros* explodiu na tentativa de matar Videla em março de 1976. Ou como Juan Barrios, de três anos, morto enquanto tomava um sorvete com sua mãe por tiros de metralhadora dados pela *montonera* Estela Inés Oesterheld durante um roubo de armas a um segurança de banco em 1977. O assassinato de prisioneiros desarmados, transeuntes e crianças não é um dado irrelevante na caracterização da violência das guerrilhas.

Os “inimigos” não eram abatidos somente em situações de combate, mas em suas casas, nas ruas, inclusive junto com seus familiares, contra os quais era indiscriminadamente disparado. Assim aconteceu com o tenente-coronel Cabrera e sua filha de três anos, com o capitão Viola e sua filha de quatro anos, com o general Cáceres Monié e sua esposa, entre outros casos. A revista *Evita montonera* chegou a trazer em alguns números a lista das casas de policiais e militares metralhadas ou atacadas com bombas<sup>34</sup>. Em 1978, eles atacaram a casa do almirante Lambruschini matando sua filha de 15 anos. No ano seguinte, foi a vez da residência do advogado Guillermo Klein, funcionário de segundo escalão do Ministério da Economia. Ele, sua esposa e seus quatro filhos foram manietados e uma carga de explosivos colocada nas paredes da casa, que desabou matando-o e mais sua filha de 13 anos.

Não existe um número oficial a respeito das vítimas da guerrilha e somente há poucos anos surgiram organizações de Direitos Humanos interessadas em discutir o assunto. Levantamentos iniciais sugerem que mais de 10 mil pessoas foram afetadas

---

<sup>33</sup>Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/17385>>e <<http://anarkismo.net/article/17352>>.

Acessados em 13 outubro de 2010.

<sup>34</sup>Ver especialmente o número 18, reproduzido em em <<http://www.elortiba.org/em.html>>. Acessado em 3 de novembro de 2010.

diretamente por rapto ou lesões. Estudos mais detalhados, mas não exaustivos, sobre o número de mortos falam em pelo menos 157 membros das Forças Armadas, 401 policiais e 211 civis, em um total de 769 para o período entre 1969-1979<sup>35</sup>. Estes números não são muito diferentes daqueles apresentados por Richard Gillespie, que calcula em 30% as vítimas fatais da guerrilha que não pertenciam às forças da repressão<sup>36</sup>. Isso é bem menos do que foi produzido pelos militares. Mas não é o que interessa aqui.

O que interessa é que boa parte dessas mortes está relacionada com o terrorismo, isto é, com uma violência qualificada que passa pelo simbolismo, pela propaganda, pela espetacularidade, pela ameaça, pelo desejo de impor medo, pelo envolvimento de não combatentes e sua exposição a riscos, enfim, por tudo aquilo que define o termo. Não há nada de estranho nisso. O terrorismo tinha um lugar doutrinário importantíssimo no imaginário dos revolucionários e era uma tática utilizada tradicionalmente na guerra irregular revolucionária. Os atos das guerrilhas, exatamente porque guerrilhas foram, não se resumiram a ações de caráter terrorista, é claro. Mas não se pode ignorar o papel que o terrorismo teve na sua atuação.

Desde o raiar da década de 1960, uma intermitente guerrilha revolucionária atacou com bombas, roubos, seqüestros e assassinatos, levantando-se em armas contra seis governos constitucionais (Frondizi, Illia, Cámpora, Lastiri, Perón e Isabelita). Note-se que o terror que ela exerceu foi especialmente intenso nos tempos mais democráticos. É um erro subestimar o poder corrosivo dessa tradição sobre as instituições democráticas e o papel que ela própria teve na criação do monstro que finalmente a tragou.

Esse rápido balanço do terrorismo entre as esquerdas revolucionárias, como foi assinalado antes, não resume a questão do terrorismo na Argentina. O regime de *enforcement terror* erigido pelos militares e a cultura de *agitational terror* promovida pelas guerrilhas não foram as únicas fontes das quais jorraram atos de terrorismo. O peronismo de corte fascista – o que vale dizer, o peronismo de Perón – também foi outro grande responsável pela tragédia que tomou conta do país. Embora os justicialistas não gostem de admitir, é inequívoca a responsabilidade direta de Perón na constituição esquadrões paramilitares e no fomento da cultura do terror dos grupos peronistas de direita.

Suas tendências violentas não eram segredo para ninguém. Já em seu primeiro governo ele ilegalizou partidos democráticos, atacou a liberdade de imprensa, fortaleceu a máquina repressiva do governo (criação da División de Informaciones) e fez uso de capangas arregimentados nos sindicatos para seqüestrar, torturar e, inclusive, matar inimigos. Não foi à toa que ficaram conhecidos no seu governo notórios brutamontes como os irmãos Luis Amadeo e Juan Carlos Cardoso, os policiais Cipriano Lombilla e José Amoresano, o comissário Benítez ‘El Manco’ Gutiérrez, Juan Simón Etchart, Salomón Wasserman, Roberto Petinatto, entre muitos outros.

Como se sabe, Perón não era somente um admirador do fascismo, mas um amigo dos nazistas. Pela comissão de refugiados que ele criou e que funcionou entre 1946 e 1949 no Ministerio de Imigración, a Argentina se tornou o principal paradeiro de nazistas, fascistas croatas, franceses de Vichy e colaboracionistas procurados na Europa. Ele acolheu Adolf Eichmann, Ante Pavelic, Erick Priebke, Franz Stangl, Klaus Barbie, Walter Rauff, Alois Brunner, Josef Mengele, Edward Roschmann, além de vários outros criminosos de guerra. Ainda que a Argentina de Perón estivesse longe

<sup>35</sup> Ver <<http://www.victimasdeargentina.com/>>. Acessado em 23 de outubro de 2010.

<sup>36</sup> Richard Gillespie. *Soldados de Perón: Montoneros*. Buenos Aires, Grijalbo, 1987, pg. 215-216.

de ser o “Quarto Reich” que alguns imaginaram, ela foi o principal cenário daquilo que Uki Goñi chamou com razão de “*auténtica Odessa*”<sup>37</sup>. A festa terminou em 1955. O caudilho foi obrigado a se exilar e os nazistas se dispersaram por outros países ou submergiram na discrição. Mas o contato com essa rede nunca foi rompido. Na Espanha de Franco, onde encontrou asilo definitivo depois de passar, emblematicamente, pelo Paraguai de Stroessner, a Venezuela de Pérez Giménez e a República Dominicana de Trujillo, Perón continuou articulado com os movimentos fascistas.

No seu retorno à Argentina, Perón imaginou *somaténs*, estimulou a criação das *Formaciones Especiales*, chamou a violência ilegal e ajudou a montar o núcleo original da Triple A. Estava bem de acordo com sua história. Ao voltar, ele tinha em mente fazer dos *montoneros* uma espécie de *Squadre d’Azione* – as milícias fascistas –, e do núcleo de Rega e os sindicalistas uma espécie de OVRA, a enigmática polícia secreta de Mussolini. O modelo italiano era claro e tinha a cultura do gangsterismo como base. Mas Perón não teve tempo para implementá-lo. Logo estourou o conflito com os *montoneros* e em seguida ele morreu. Nessa fase, vieram à tona todas aquelas conexões do peronismo com o fascismo que ficaram esquecidas durante o período do exílio do caudilho. Certamente que não se trava mais daquele fascismo tradicional e grandiloquente dos bons tempos, mas um fascismo residual, encoberto, paradoxalmente internacionalista. E especialmente violento.

Não se deve estranhar o fato de que Stephano Delle Chiaie, talvez a figura mais destacada do chamado ‘terrorismo negro’ internacional, estava presente nas redondezas do aeroporto de Ezeiza no dia da volta de Perón. Com ele haviam chegado ao país experientes militantes da extrema-direita europeia arregimentados por López Rega através da loja maçônica irregular conhecida por Propaganda Due (P2), dirigida por Lucio Gelli, outro importante personagem do sub-mundo neofascista. Esse pessoal já havia colaborado com as ditaduras de Banzer na Bolívia e Pinochet no Chile, tendo um papel importante em vários atentados. A eles se associou Michael Townley, o norte-americano especialista em explosivos que tinha longa folha corrida nos meios de extrema-direita, e outros tipos que compunham o que era chamado de “*la Banda de la Cloaca*”. Um dos resultados práticos dessa parceria foi o assassinato do general Carlos Prats em Buenos Aires em setembro de 1974.

Em um apêndice do relatório da CONADEP, consta com boa documentação que a Triple A praticou 19 homicídios em 1973, 50 em 1974 e 359 em 1975. Mas suspeita-se que o número real de suas vítimas seja bem maior. Marcelo Larraquy, biógrafo de López Rega, calcula que nos vinte meses que antecederam o golpe do general Videla, grupos mais ou menos vinculados à organização assassinaram cerca de duas mil pessoas, sendo que 600 estão até hoje desaparecidas<sup>38</sup>. Entre suas vítimas podiam estar personalidades bem conhecidas da vida pública, como o jesuíta-*montonero* Carlos Mujica, o irmão do ex-presidente Arturo Frondizi, Silvio Frondizi, o advogado de presos políticos Alfredo Curutchet ou ex-vice-governador da província de Córdoba, Atilio López, mas também anônimos militantes dos meios estudantis e sindicais. Na verdade, apesar de ter nascido para ‘exterminar’ os integrantes dos movimentos armados, a Triple A não tinha capacidade para causar dano efetivo à guerrilha, atacando então seus simpatizantes que atuavam na legalidade. As ameaças de morte pesaram especialmente sobre artistas, cientistas, jornalistas e professores, inclusive pacifistas, que foram obrigados a abandonar o país.

<sup>37</sup>Uki Goñi. *La auténtica Odessa*. Barcelona-Buenos Aires, Paidós, 2002.

<sup>38</sup>Marcelo Larraquy. *López Rega, una biografía*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2004, pg. 197.

A Triple A não tinha uma ideologia consistente, ou pelo menos clara. Era anticomunista, tinha simpatias pela Falange Espanhola e se reivindicava peronista, mas tudo muito frouxo do ponto de vista de teorias e propostas. Com essas referências, o que lhe movia de verdade era a dominância do movimento peronista. A revista *El Caudillo*, editada por Felipe Romeo, que poderia ser considerada uma espécie de porta-voz do grupo, estampava em suas páginas manchetes como “*Estamos em guerra!*” e “*El mejor enemigo es el enemigo muerto*”. Romeo era um ex-militante *tacuara* e sua revista trazia uma seção com fotos de pessoas e uma legenda dizendo: “*compañero, ya lo conoce: grábese esta cara para reconocerlo cuando se lo cruce*”, sugerindo claramente o assassinato do indivíduo. A revista *El Cabildo*, que chegava próximo do nazismo e também identificada com a Triple A, ainda que sem sem filiação orgânica, trazia títulos ainda mais radicais.

Embora fosse paupérrima em ternos doutrinários, não tivesse um projeto de poder bem pensado e carente de uma estratégia militar consistente, ou até por isso mesmo, os grupos vinculados com a Triple A deram preferência ao terrorismo como nenhum outro ator do drama argentino. Se os militares foram menos terroristas do que se pensa, se os guerrilheiros foram também terroristas, os homens de Rega, Almirón e Villa foram essencialmente terroristas. Isso independe do número de vítimas, das motivações políticas de seus perpetradores ou imoralidade dos crimes. Isso tem a ver com a modalidade dos atos cometidos. A meta da Triple A não era o extermínio dos seus inimigos, como foi depois para os militares. Ela sabia que não conseguiria tal objetivo. Também não se esperava contar com grande apoio popular, como fazia a guerrilha. E por isso não tinha grandes preocupações com sua imagem política.

Os homens da Triple A davam telefonemas com ameaças de morte, enviavam cartas intimidatórias aos jornais, promoviam tiroteios e colocavam bombas em locais públicos, seqüestravam e assassinavam. Mas não faziam isso procurando esconder ou mimetizar seus atos. Quando os grupos de fogo da organização metralhavam padres simpáticos aos *montoneros* nas portas de suas igrejas na periferia ou quando jogavam os corpos de jovens suspeitos de integrar o ERP nas escadarias do Teatro Colón em Buenos Aires, sua intenção era fundamentalmente aterrorizar e criar um estado de ansiedade geral que favorecesse políticas de força. Com efeito, no final do governo de Isabelita, quando Rega e seu núcleo já não podiam mais dar apoio institucional aos grupos da Triple A, algumas células, como as de Jose Osinde e do brigadeiro da reserva Raul Lacabanne, começaram inclusive a promover atentados com assinaturas de esquerda para pressionar os militares a tomarem a frente da situação.

A Triple A foi especialmente violenta, mas não sobreviveu. O que nela havia de peronismo era incompatível com os militares, que, ademais, não estavam dispostos a admitir uma organização armada sem controle, mesmo que anticomunista. Ela foi dissolvida e a maior parte de seus homens acabou integrando o esquema de segurança da Junta militar. Algumas de suas lideranças acabaram encontrando abrigo entre os círculos neo-fascistas da Espanha. Rodolfo Almirón chegou a ser chefe de segurança pessoal de Alberto Fraga, líder do Partido Popular, a agremiação filo-fascista mais importante do país. José Maria Boccoardo, outro membro destacado da Triple A, participou em 1978, junto com o francês Jean Pierre Cherid e membros dos GAL, do assassinato de etarras que haviam promovido o atentado contra Carrero Blanco, principal homem do franquismo.

O juiz federal Norberto Oyarbide, autor do pedido de extradição contra Almirón em 2006, afirmou no seu despacho que foi o grupo de López Rega quem deu início ao processo sistemático de violação dos Direitos Humanos pelo aparelho do Estado que

caracterizaria a ditadura de 1976. Ele tinha toda razão. Só faltou dizer que por detrás disso estava Perón.

### **À guisa de conclusão**

Bem sinteticamente, as conclusões que parecem se impor ao final do percurso realizado até aqui são as seguintes:

Primeiro, que o quadro geral do processo de evolução da violência política no país apresenta alguns elementos de continuidade, mas deve ser compreendido em termos de fases irregulares com lacunas, saltos e desvios próprios de uma realidade não pré-determinada.

Segundo, que, por razões históricas, doutrinárias e práticas, o terrorismo dos grupos paramilitares da direita peronista não se confunde com o terrorismo dos militares, o que cria um importante terceiro termo em relação ao terrorismo promovido pela esquerda revolucionária.

Terceiro, que, seja em termos práticos ou teóricos, o terrorismo teve menos importância estratégica entre os militares (que optaram basicamente pelo extermínio) do que entre a esquerda revolucionária (em cuja guerra assimétrica ele tinha um lugar de destaque).

Quarto, que, em termos comparativos, o grupo que mais se utilizou do terrorismo, praticamente resumindo suas atividades violentas a ele, foi aquele representado pela Triple A, que ao contrário dos militares e da guerrilha não trabalhava outra alternativa que o terror.

Quinto, que teorias dualistas e maniqueístas são insuficientes para explicar o fenômeno do terrorismo na Argentina no período estudado. A pluralidade dos perpetradores e a diversidade qualitativa de suas práticas são evidências que requerem algo mais do que noções reducionistas para ser explicadas.

Como se vê, nada disso é absoluta novidade. Alguns autores citados na Introdução já fizeram sugestões semelhantes. Mas não é o ineditismo o que se pretende aqui. Modestas em si mesmas, essas conclusões são importantes apenas porque reforçam o chamado a abordagens mais agudas de um tema cujo estudo ainda se ressentia muito de cacoetes ideológicos, mágoas e partidarismos que não são amigos da boa historiografia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Acuña, Carlos. *Por amor al odio*. Tomo II. Buenos Aires, El Pórtico, 2003.
- Andersen, Martín. *Dossier secreto: El mito de la Guerra Sucia*. Buenos Aires, Planeta, 1993.
- Bardini, Roberto. *Tacuara, la pólvora y la sangre*. México, Editorial Océano, 2002.
- Calveiro, Pilar. *Política y/o violencia: Una aproximación a la guerrilla de los años 70*. Buenos Aires: Norma, 2005.
- Dias, Marcelo. *A guerra da Argentina*. Regra do Jogo, Lisboa, 1978.
- Frontalini, Daniel e Caiati, Maria Cristina. *El mito de la Guerra Sucia*. Buenos Aires, Centro de Estudios Legales y Sociales, 1984.
- Galeano, Eduardo Galeano. “Los jóvenes fascistas descubren su país”. In *Nosotros decimos no*. México, Siglo XXI, 1989, pgs. 108-137.
- Garcia, Prudencio Garcia. *El drama de la autonomía militar: Argentina bajo las juntas militares*. Buenos Aires, Alianza Editorial, 1995.
- Gillespie, Richard Gillespie. ‘Political violence in Argentina’. In Martha Crenshaw. *Terrorism in context*. Pennsylvania, Pennsylvania State University Press, 1995, pgs.198-246.
- Gillespie, Richard. *Soldados de Perón: Montoneros*. Buenos Aires, Grijalbo, 1987.
- Giussano, Pablo. *Montoneros: La soberbia armada*. Buenos Aires, Tiempo de Ideas, 1992.
- Göni, Uki. *La auténtica Odessa*. Barcelona-Buenos Aires, Paidós, 2002
- Guaspari, Élio. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- Guerrero, Alejandro. *El peronismo armado*. Buenos Aires, Editorial Norma, 2009.
- Lanusse, Lucas. *Montoneros: El mito de los doce*. Buenos Aires, Vergara, 2007.
- Larraquy, Marcelo. *López Rega, una biografía*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2004.
- Masetti Hijo, Jorge. *El furor y el delirio: Itinerario de un hijo de la Revolución Cubana*. Barcelona, Tusquets Editores, 1999.
- Pigna, Felipe. *Lo pasado Pensado*. Buenos Aires, Editorial Planeta, 2005.
- Salas, Ernesto. *Uturuncos: Los orígenes de la guerrilla peronista (1959-1960)*. Buenos Aires, Editorial Biblos, 2002.